*Abrir portas onde se erguem muros*

Director: David Pontes **Domingo, 15 de Setembro de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.554 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **1,90€**



## A Oitava de Mahler no CCB
## O mundo dentro de uma sinfonia

**Cultura, 26/27**



MANUEL ROBERTO

## Entrevista a Vasco Vieira de Almeida
## "Houve no 25 de Abril muita cobardia"

**P2**

Público

## 45 anos do SNS
## "Se estavas doente, era esperar que passasse"

Destaque, 2 a 5

# Número de mulheres caiu nas eleições europeias, legislativas e autárquicas

O decréscimo da representação feminina é transversal a todas as eleições e acontece depois das alterações à lei da paridade, feitas para aumentar a participação das mulheres na política. Especialistas falam na falta de interiorização da paridade como um valor e de mais mulheres na política representar uma perda de poder para os homens Política, 10/11

### Acesso ao superior
## 36,5% dos candidatos à 2.ª fase já estavam inscritos

Dos 19.644 candidatos, 7178 entraram na primeira fase e mudaram de curso. Há menos pedidos de bolsa mas prazo decorre Sociedade, 14/15



### Guerra na Ucrânia
## Decisão sobre mísseis contra território arrasta-se

Sem decisão, há sinais de que a Casa Branca pode ceder aos pedidos de Kiev, apesar dos duros avisos de Moscovo Mundo, 18/19 e Editorial

### Futebol
## Benfica vence com "*remake*" no regresso de Bruno Lage

"Encarnados" estiveram a perder e deram a volta ao Santa Clara (4-1), repetindo o guião da primeira passagem do treinador Desporto, 28



ISSN-0872-1556

MANUEL ROBERTO





# “Se estavas doente, era esperar que passasse”

Os cuidados de saúde antes da existência do SNS eram uma realidade mais longínqua e não disponível a todos, como recordam utentes e médicos

**Patrícia Carvalho**

A rotina de Miquelina Marques, 82 anos, mudou há sete anos, quando, por indicação do Centro Hospitalar de São João, no Porto, começou a fazer hemodiálise três dias por semana. É tudo feito através do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e nunca pagou um tostão pelo tratamento. Se tivesse de ser de outro modo, sabe-o, as coisas seriam diferentes, porque nunca teve seguro de saúde e não teria como pagar tal tratamento. O SNS nasceu há 45 anos.

“Os meus filhos nasceram todos em casa. Nunca fiz uma ecografia, a gente nem sabia que estava grávida. Quando era hora, vinha uma parteira e era assim”, diz a mulher, na sua casa na Maia. A cidade, na periferia do Porto era, na década de 1960, quando nasceram os seus quatro filhos, profundamente rural, e os serviços de saúde de proximidade eram garantidos pela Casa do Povo de Vermoim, que distava quase três quilómetros da casa da mulher, uma distância percorrida a pé.

Ali havia médicos, mas não existia ainda o conceito de médico de família – era-se atendido por quem estava disponível –, e a marcação de consultas também não fazia parte da rotina de funcionamento: o atendimento era por ordem de chegada, pelo que as longas filas começavam a formar-se manhã cedo.

O primeiro filho nasceu em 1963 e foi um processo longo e complicado. “Eu estava muito aflita, vinha uma parteira, vinha outra, falavam de ir ao hospital. Mas a parteira disse, ‘o que eles fazem no hospital, também eu faço.’ Estava com dores desde manhã, ele nasceu já perto da meia-noite e não chorou. Ela olhou para ele e disse, ‘ui’. Agarrou no rapaz pelas pernas – parece que estou a ver –, parecia um coelho, e praz, praz, praz, no rabiote. Durante anos e anos ele teve aquela pisadura no rabo. Vinha roxinho, e por mais um tempo, morria”, recorda a mulher.

O Centro Hospitalar de São João, no Porto – onde foi tratada ao problema renal e chegou a estar internada com covid-19, onde o marido, já falecido, foi sempre acompanhado e onde os filhos são agora seguidos –, já existia, tendo sido formalmente inaugurado em 1959, mas ir ao hospital era ainda algo muito fora do comum. Aliás, ir ao médico era fora do comum. “Não me lembro de a minha mãe ir connosco ao médico. Eu é que já fui com as minhas filhas à caixa. De resto, tínhamos os médicos privados, mas só para quem podia pagar. Se estavas doente, era esperar que passasse”, recorda.

## Medo do hospital

Para Laura Monteiro, 74 anos, o hospital era mesmo algo que se receasse, como se a ida para lá fosse dar um passo para mais perto da morte. Por isso, quando a filha mais velha nasceu, em 1975, não quis ir. “Ela nasceu em casa por opção minha, porque tinha muito medo dos hospitais. Cismei que não queria ir para o hospital. Esteve comigo uma senhora muito habilidosa que por aqui havia e depois veio a parteira. Nunca fui seguida durante a gravidez, nunca fiz uma ecografia. Só fui, julgo que duas vezes, a um especialista em São Mamede [Matosinhos], porque aos cinco meses eu ainda não sentia o bebé. Ela começou a mexer-se muito tarde. Ele pôs-se a escutar a barriga com uma coisa que parecia um funil e disse para não me preocupar, que o bebé estava bem”, disse.

Nesse primeiro ano pós-revolução 25 de Abril de 1974, e segundo os dados do Instituto Nacional de Estatísticas, houve 181.818 partos em Portugal (número que inclui fetos mortos antes das 28 semanas). Destes, 111.092 ocorreram “em estabelecimentos de saúde com internamento” e 70.535 ainda aconteceram no domicílio, 27.111 dos quais sem qualquer assistência. Quando ela existia, era mais comum que fosse prestada por parteiras ou enfermeiras (foram 34.800) do que por médicos, que estiveram presentes em apenas 8421 dos casos.

Ou seja, neste ano apenas 61,1% dos partos eram já realizados em unidades hospitalares, públicas ou não (já que estes dados não fazem essa distinção e muitos dos hospitais que existiam então estavam nas mãos das misericórdias), percentagem que subiu para os 73,84% em 1980 (o primeiro ano de total funcionamento do SNS) e para os 96,25% cinco anos depois, em 1985. De novo, esta per-

ADRIANO MIRANDA



centagem diz respeito a partos realizados não só no SNS mas também no privado, onde têm vindo a subir.

Foi nesta percentagem que se incluiu a segunda filha de Laura Monteiro, nascida em 1978, três anos depois da irmã, no S. João. "Aí já quis ir ao hospital. Com a primeira filha correu tudo muito bem em casa, mas da segunda quis ir para o hospital e também correu tudo muito bem", diz.

Por esta altura, já estava em marcha todo o processo que culminaria com a criação do SNS, pela Lei 56/79, de 15 de Setembro de 1979, nascida por iniciativa de António Arnaut. Depois das campanhas de vacinação iniciadas em 1965, tinham sido criados os centros de saúde de primeira geração, em 1971, e em 1975 nasceu o Serviço Médico à Periferia (SMP), que funcionou até 1982, e que obrigava todos os médicos recém-formados a dedicarem algum tempo a trabalhar fora dos grandes centros urbanos, nas zonas mais pobres e carenciadas, onde o acesso à saúde era ainda mais precário e estava muitas vezes dependente dos hospitais geridos pelas misericórdias, nas sedes de distrito, e de médicos particulares, que percorriam quilómetros pelas serras, para chegar aos lugares mais recônditos do país, os "João Semana", como ficaram conhecidos.

### Aldeias sem assistência

A memória que Maria do Rosário Gama, 75 anos, guarda desses tempos pré-SNS, em Viana do Alentejo, onde morava, é da grande carência de cuidados. "Na minha terra não havia centro de saúde. Havia o hospital das freiras e os médicos da aldeia [privados]. Eram dois e um deles, quando as pessoas não podiam pagar, não pagavam, era tipo João Semana. O meu marido era de uma aldeia da Beira Alta e lá também havia um João Semana. Sei que ele, uma vez, depois de se magoar, teve de ser cosido a sangue frio, porque não havia maneira de as pessoas irem ao centro de saúde", recorda.

Também o marido de Laura Monteiro, Domingos Monteiro, natural da aldeia de Algoso, em Vimioso, viveu essa experiência de crescer sem um médico por perto, recorda a mulher. "Lá não havia nada. A aldeia era muito distante e eles tinham de andar muito ou ir num burro até à vila para verem um médico. As pessoas praticamente morriam sem assistência."

**Em 1975 apenas 61,1% dos partos ocorriam em unidades hospitalares. Em 1980, esta percentagem subiu para 73,84%**

**O Serviço Nacional de Saúde foi criado em 1979 e no ano seguinte teve o seu primeiro ano de funcionamento total**

O médico Mário Durval chegou ao SMP pouco depois da sua criação e salienta a importância que teve para o desenvolvimento posterior do SNS. "O Serviço Médico à Periferia teve uma coisa muito importante, porque juntou tudo. Estive em Aljustrel e nós trabalhávamos nos três serviços que havia no concelho: a caixa, ou casa do povo, o hospital que era das misericórdias, e os centros de saúde, que tinham um carácter mais preventivo. As pessoas nem se apercebem bem disto, mas foi um impulsionador muito grande do SNS", diz.

Ali, por causa da mina, já havia um sistema de saúde um pouco mais desenvolvido, mas a chegada dos quatro novos médicos de Lisboa, por via do SMP, que se juntaram a outros tantos que já existiam, gerou uma nova dinâmica. "[Os médicos e enfermeiros] Eram as pessoas responsáveis por aquela população e organizavam-se para lhe dar resposta. Mas as coisas evoluíram [com o SPM] muito porque agíamos fora da lei. Já tínhamos internamentos domiciliários, por exemplo. Os médicos e enfermeiras eram responsáveis por aquelas famílias e tratavam delas", diz.

Nas aldeias mais longínquas, admite, a situação era mais precária. "Havia um médico que andava pela serra, para visitar esses locais. Era duro", refere o médico de saúde pública, que deixou as funções de delegado de saúde regional de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) em 2020.

Jorge Moreira, director de Cardiologia Pediátrica no Centro Hospitalar de São João, chegou ao SMP já em 1980, com o SNS em vigor. Foi para Mondim de Basto e recorda um tempo a anos-luz da realidade de hoje. "Era tudo superprecário. Recordo-me de ter trabalhado na casa do povo de Bilhó, uma freguesia na serra do Alvão, onde nem havia ainda luz eléctrica. No Inverno as consultas tinham de terminar às 16h30, porque depois já não havia luz que chegasse para continuar", conta. Era um tempo, recorda, "em que as famílias é que tinham de tratar" das doenças que iam surgindo. "Essa era a história natural das doenças [antes do SNS]. Não havia praticamente medicina preventiva, as coisas evoluíam e era assim. Ali, as pessoas eram mais tratadas no Verão, quando chegavam os familiares emigrados que as alertavam para procurar outros cuidados", recorda.

### "Tratar" com juntas de bois

O médico não tem dúvidas de que "as coisas evoluíram muito". A memória de Miquelina Marques confirma-o: ela ainda se lembra de uma criança da vizinhança ter morrido com sarampo e de doenças como a papeira (ou tesorelho, como era conhecido por ali) serem "tratadas" pela lavradeira local, com uma junta de bois colocada nos ombros das crianças, acompanhada por uma reza que era repetida algumas vezes.

As estatísticas também o comprovam: a mortalidade infantil desceu a pique – morriam 26 crianças com menos de um ano por cada mil nascimentos em 1979, valor que desceu para 2,5 óbitos por cada mil nascimentos em 2023 ; a esperança média de vida dos portugueses subiu de 71 anos, em 1979, para 84,75 anos no triénio 2021-2023; e os casos de tuberculose por 100 mil habitantes desceram de 73,7, em 1982, para 14,5, em 2022 (sendo, ainda assim, um dos países europeus com maior incidência da doença).

Apesar dos inúmeros problemas do SNS, os 45 anos de existência mudaram a vida e a saúde dos portugueses. Nenhum dos netos ou bisnetos de Miquelina Marques nasceu em casa e ir ao hospital, para acompanhamento de algumas patologias, passou a ser normal. A menos que o caso seja de extrema gravidade, isso já não assusta Laura Monteiro, que também viu os netos nascerem no hospital. As filhas de ambas tiveram acompanhamento pré-natal adequado e têm médico de família – realidade que, contudo, ainda escapa a mais de um milhão de utentes, sobretudo na região de LVT. Os problemas são muitos, mas, diz Mário Durval, "há muita coisa que está de pé". "Eu uso o SNS", garante.

PRODUÇÃO DANIEL ROCHA/ARQUIVO CRUZ VERMELHA



VASCO TRANCOSO



PAULO PIMENTA



Lei de 1979 criou o SNS

# "A melhor construção social que a democracia trouxe." Que desafios enfrenta?

O SNS trouxe mais acesso a cuidados de saúde. Mas, apesar da subida anual do orçamento para a saúde, mantêm-se listas de espera e utentes sem médico de família

**Ana Maia**

Considerado como "a melhor construção social que a democracia trouxe", como salienta o ex-ministro da Saúde Adalberto Campos Fernandes, o SNS celebra hoje 45 anos. Indicadores como a mortalidade infantil e a esperança média de vida melhoraram e o acesso a cuidados de saúde cresceu. Mas, apesar da subida anual do orçamento para a saúde, mantêm-se listas de espera, utentes sem médico de família e um discurso de um serviço público em crise. Que desafios o SNS enfrenta?

O maior, considera Adalberto Campos Fernandes, "está na sua capacidade de transformação e de modernização não apenas na sua dimensão tecnológica, mas, sobretudo, na inovação dos modelos de organização e de gestão e do enfoque estratégico na componente humana ao nível dos recursos e da missão aos cidadãos".

Não é o único desafio. O economista da Saúde Pedro Pita Barros aponta quatro: "Conseguir recursos humanos suficientes para a prestação de cuidados que quer fazer directamente, assegurar estabilidade financeira do SNS, reduzir os valores de pagamentos directos da população e assegurar o seguimento por uma equipa de saúde familiar de todos os residentes."

A criação das unidades de saúde familiar (USF), nomeadamente as de modelo B – associam incentivos a objectivos –, para substituir a antiga organização dos centros de saúde, é apontada como fundamental para aumentar a cobertura. Porém, entre a demora do seu alargamento a todo o país, o acréscimo de pessoas inscritas e entradas e saídas de médicos de família, o número de utentes sem clínico está na fasquia dos 1,6 milhões.

Aquela que deveria ser a porta de entrada do SNS parece atravancada. Uma das chaves, apontou o Governo, é a criação das USF modelo C, com gestão a cargo de privados e do sector social. Ainda sem data nem regras conhecidas, vão ser criadas 20 USF modelo C em Lisboa, em Leiria e no Algarve.

Irão implicar mais dinheiro? "A

**Em 2024, o Orçamento atribuiu à Saúde mais 1206 milhões de euros do que no Orçamento inicial do ano anterior**

**2,45**

**O número de mortes de crianças com menos de um ano por cada mil nascimentos diminuiu drasticamente em Portugal, de 25 em 1979 para 2,45 em 2023**

primeira tentação de resposta é dizer que é necessário mais verbas, mas talvez seja bom ter uma análise mais cuidada", começa por dizer Pita Barros. O economista lembra que as unidades locais de saúde (ULS) – coloca sob a mesma administração hospitais e centros de saúde – são financiadas por capitação (valor em função do número de pessoas e das suas características).

"Se esse valor atribuído estiver adequadamente calculado, então os orçamentos actuais já devem incluir os valores suficientes para satisfazer a actividade de cuidados de saúde primários." Mas, se os orçamentos das ULS forem insuficientes, um reforço financeiro que vier a ser preciso "é independente de o aumento da actividade assistencial necessário ser feito com USF modelo C ou outro modelo".

Quanto ao aumento de resposta, "[as USF modelo C] poderão contribuir para reduzir os problemas de acesso", se atraírem novos profissionais de saúde. Mas, "se desviarem capacidade que de outro modo seria captada pelo SNS, então será apenas um formato diferente de prestar cuidados de saúde primários", alerta o economista, defendendo que não se pode "desviar a atenção da necessidade de se manter as USF modelo B a funcionar melhor".

Para Adalberto Campos Fernandes, "a pergunta certa" é se as medidas anunciadas pelo Governo "irão contribuir ou não para melhorar as respostas aos cidadãos". "O SNS beneficia de mecanismos de competição regulada pela qualidade, pelo acesso e pela eficiência", aponta, salientando que as USF modelo C podem "ser ensaiadas e testadas com a necessária regulação e monitorização". "Os cidadãos têm direito a ter respostas e, nesse sentido, terá de existir coragem para libertar o sistema de um crónico sequestro que o impede de se regenerar", diz.

Houve uma reforma que avançou, quando era ministro da Saúde, com o objectivo de aumentar a resposta e que parece ter criado bases para continuar: a hospitalização domiciliária. Em 2023 foram tratados em casa pelo SNS mais de dez mil utentes, com a realização 130 mil visitas a casa dos doentes, contabilizou o anterior executivo, que aprovou a organização das unidades de hospitalização domiciliária em centros de responsabilidade integrados.

"Esta experiência é um bom exemplo de como é importante ousar na transformação, não recear as reformas, enfrentar a inevitável resistência e avançar", diz Adalberto Campos Fernandes. Para Pedro Pita Barros também "basta uma resposta breve" sobre o assunto, "porque é um caminho claro, que tem demonstrado bons resultados e do qual se podem retirar ensinamentos para outras áreas".

Com a discussão para o novo Orçamento do Estado a tomar rumo, se há assunto que orbita sempre em torno do SNS é o da sustentabilidade financeira. Nos últimos anos, a verba destinada à saúde não tem parado de crescer. Para 2024 foram mais 1206 milhões de euros, quando comparado com o Orçamento do Estado inicial para 2023.

"Mais importante do que focar na dimensão da subida é saber se as verbas adicionais têm sido bem utilizadas", afirma Pedro Pita Barros, salientando que só depois de fechado o ano de 2024 se conseguirá saber se a organização em ULS "resultou de um ponto de vista financeiro". "Assim, para o próximo Orçamento, a ser aprovado este Outono, esperaria um caminho de prudência, com verbas não muito diferentes das do último ano", diz.

"De cerca de 9 mil milhões de euros, em 2015, estamos prestes a ultrapassar os 16 mil milhões de euros", contabiliza Adalberto Campos Fernandes, lembrando que "a despesa com a saúde tem uma dinâmica de crescimento mais intensa" do que a de outros sectores. Explica-se "pelos processos de transição demográfica e epidemiológica", nomeadamente o envelhecimento da população e o aumento da carga de doença, mas, "sobretudo, pelo incremento contínuo dos custos relacionados com a inovação tecnológica e terapêutica".

"Mais importante do que a discussão sobre tectos orçamentais será, no âmbito do Orçamento do Estado, discutir e consensualizar políticas de médio prazo de natureza estrutural", defende o antigo ministro, que admite que "existe um problema de planeamento, de organização e de gestão" no SNS. "Foi um erro político grave a opção por uma lei de bases de menor amplitude política e estratégica", afirma, considerando que "as matérias relativas ao sistema de saúde, ao SNS e à saúde dos portugueses têm um carácter transversal, devendo ser encaradas como questões de interesse público e de implementação a médio prazo".

"É certo que os arautos da crise se alimentam da balcanização das políticas, evitando a todo o custo o desejável compromisso, para além, de forma muito pouco responsável, utilizarem as dificuldades do SNS para o combate político do dia-a-dia", lamenta.

"A ideia do SNS em crise é apelativa do ponto de vista de discurso político, embora, na verdade, seja pouco útil para resolver os problemas existentes", diz o economista da saúde, que admite sentir "a falta de uma discussão séria, tecnicamente documentada e partilhada sobre as opções no SNS".

Questionado, diz que "é sempre necessária melhor gestão e avaliar os pontos do SNS onde pode haver melhorias", sem excluir "a contratação de serviços ao sector privado, sempre que for um melhor instrumento para atingir os objectivos do SNS".





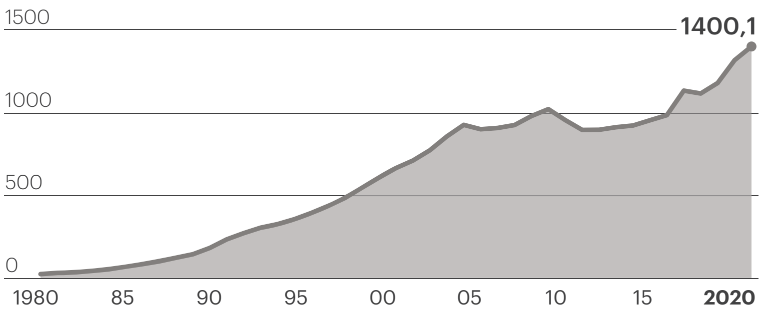
**Terá de existir coragem para libertar o sistema de um crónico sequestro que o impede de se regenerar**

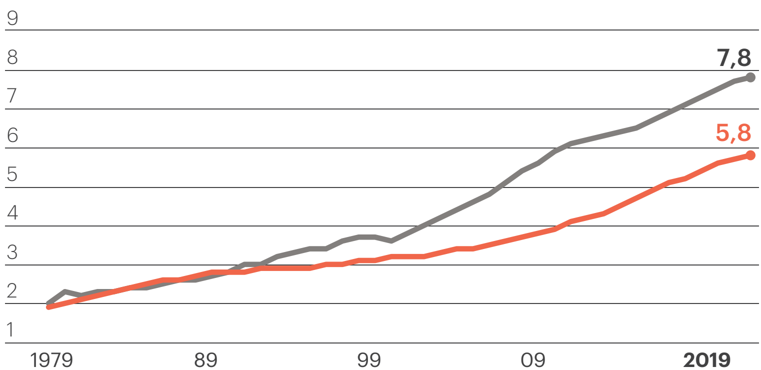
**Adalberto Campos Fernandes**
Ex-ministro da Saúde

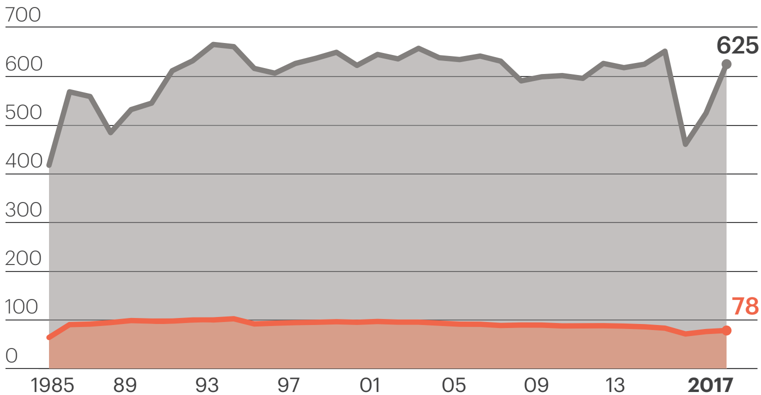


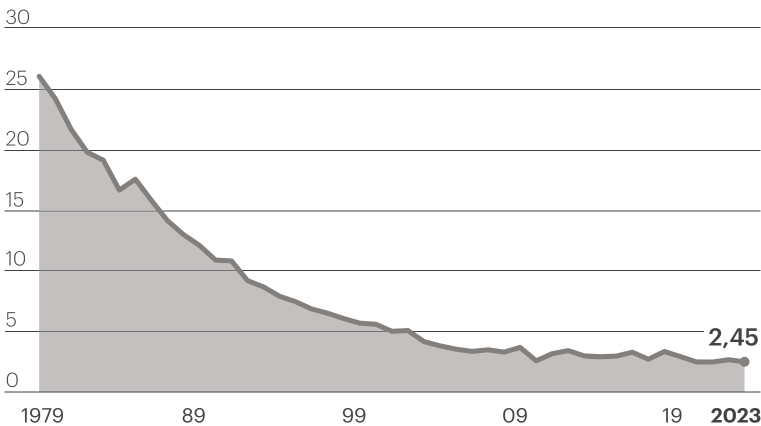
**Mais importante do que focar na dimensão da subida [da verba do OE] é saber se as verbas adicionais têm sido bem utilizada**

**Pedro Pita Barros**
Economista especialista em saúde




Fonte: INE, Pordata, SNS e Portugal.gov.pt
PÚBLICO

**Espaço público**

# A “linha vermelha” da NATO em solo russo

*Editorial*



**Tiago Luz Pedro**



**O desafio é monumental: equilibrar a legítima defesa de uma nação atacada com a necessidade de evitar uma guerra global**

Desde o início da guerra na Ucrânia, a política de contenção e apoio militar da NATO tem sido minuciosamente calibrada para evitar uma escalada que coloque em confronto directo o Ocidente e a Rússia. Fornecendo armas, inteligência e apoio logístico, os países da Aliança Atlântica assumiram um papel decisivo na brava resistência ucraniana. Mas o debate sobre o uso de armas de países da NATO em solo russo, mesmo que indirectamente, suscita um dilema estratégico e ético de proporções históricas.

A recente intensificação dos ataques ucranianos na Rússia, como a inesperada incursão em Kursk e muitos deles fazendo já uso de armamento ocidental, trouxe à tona uma questão que até então se mantinha latente: até onde pode ir a NATO sem cruzar uma “linha vermelha”? Os arsenais cedidos à Ucrânia não são apenas símbolos de apoio militar, mas também expressões de uma aliança geopolítica que caminha na ténue fronteira entre a defesa e a provocação.

A Rússia, como esperado, reage com uma retórica inflamável, com Moscovo a acusar a NATO de ser cúmplice em ataques que atingem civis no seu território. Embora as acusações de Putin sejam muitas vezes distorcidas e infundadas, é inegável que a percepção de uma ofensiva ocidental em solo russo poderá transformar um conflito regional numa guerra entre grandes potências. O risco de que um passo em falso desencadeie uma resposta desproporcional de Moscovo, envolvendo a Aliança Atlântica de maneira irreversível, é real.

É aqui que reside a encruzilhada moral do Ocidente. Ao mesmo tempo que tem o dever de apoiar uma nação que luta pela sua soberania, a NATO precisa de avaliar os riscos de dar à Rússia o pretexto para uma escalada devastadora. Os países-membros da Aliança devem, portanto, continuar a caminhar sobre esta linha ténue, mas com uma prudência redobrada. A coordenação com Kiev deve ser rigorosa, garantindo que o recurso a armas ocidentais priorize a defesa do território ucraniano e que o uso de mísseis de longo alcance, como os Storm Shadow britânicos e franceses ou os ATACMS norte-americanos, para ataques mais profundos em território russo se cinja a alvos militares e linhas de abastecimento como uma estratégia legítima para enfraquecer o poder de fogo inimigo e influenciar quaisquer futuras conversações com Moscovo.

O desafio é monumental: equilibrar a legítima defesa de uma nação atacada com a necessidade de evitar uma guerra global. Não se trata apenas de apoiar a Ucrânia; trata-se de preservar a paz mundial num tempo de incerteza brutal.

## CARTAS AO DIRECTOR

### Miranda do Douro

Reinava ainda em Lisboa o senhor D. Luís, homem amante das artes e música e também dos prazeres da noite, quando um velho coronel dos seus exércitos, em viagem para Bragança num dia de rigoroso e frio Inverno que nem a comodidade da diligencia conseguia suavizar, já cansado e ensonado, desabafou assim para o seu ajudante de campo: “É tão longe que o senhor D. Luís podia dar isto aos espanhóis!”

Consta este registo dum livro de Santana Dionísio sobre Trás-os--Montes, que eu aproveito para que os ventos não levem para o vazio o relato duma simpática jornalista das nossas televisões que disse a quem via e ouvia que a bonita cidade de Miranda do Douro era muito longe!

Estou convicto de que não foi só a lonjura, agravada pela muralha fluvial do Douro e das serranias do Marão e Alvão, que ditou o esquecimento e, em consequência, o atraso de desenvolvimento da região. Foi a miopia e a incompetência dos dirigentes monárquicos e republicanos que, durante séculos, deixaram os transmontanos à sua sorte, há bem poucos anos minorada pela abertura de vias rodoviárias modernas, antecedida pela destruição insensata de todos os ramais ferroviários. Sabemos bem que o desenvolvimento do interior é assunto tão complexo quanto apetitoso para políticos que, em tempos de eleições, não viajando já em incómodas carruagens puxadas a cavalos, vêm à região prometer aquilo que não cumprem. É uma espécie de desígnio a que durante duas décadas, no âmbito das Comunidades Intermunicipais, assisti, entre deliciado e desconfiado perante as apresentações, quais miragens das missões de valorização do interior que todas ficaram pelo caminho!

*José Manuel Pavão, Porto*

### Sobre o português do Brasil

Li nos meios de comunicação que o linguista Fernando Venâncio sugere que o português do Brasil se passe a chamar “brasileiro”. Sendo também eu linguista, conheço bem o Fernando Venâncio, bom colega e amigo. Contudo, não posso aceitar a designação de “brasileiro” para o português falado no Brasil. Seria preferível dizer “português do Brasil” ou “português brasileiro”. Quanto ao português de Portugal, a expressão “português europeu” parece-me acertada. Assentemos em “português brasileiro” e “português europeu”. Não vejo a necessidade de introduzir a designação “brasileiro”. Compreendo que o português falado no Brasil se tenha afastado muito desde o século XVII até hoje. Mas não estamos perante duas línguas! Vejamos: em Portugal, temos uma colónia de brasileiros a viver e a trabalhar aqui porque precisamente compreendem o português europeu e são compreendidos pelos portugueses. Como os linguistas sabem, a inteligibilidade mútua é um critério fundamental para diferençar dialectos e línguas. Aceitemos que estamos perante uma língua, o português, que tem (pelo menos) duas variantes: o português europeu e o português brasileiro. Temos assim dois portugueses. Como também há o inglês do Reino Unido e o inglês dos EUA. Ao inglês dos EUA também se pode chamar “inglês americano”. Reitero a ideia de dois portugueses: o português europeu e o português brasileiro.

*José Pinto de Lima, Universidade de Lisboa, Fac. Letras*

### ULS universitárias

Potencialmente é uma boa ideia distinguir essas ULS, desde que os “dinossauros” não dominem os resultados. Confio que o prof. Adalberto Fernandes, que lidera a Comissão Técnica Independente, tomará medidas que encorajem as escolas médicas tradicionais a modernizarem-se. A tendência nas melhores escolas do globo (Canadá, Austrália, Holanda, Reino Unido, Irlanda, Dinamarca, etc.) é transferir muito da aprendizagem clínica básica dos hospitais para a medicina dos cuidados primários (Medicina Geral e Familiar, MGF). Espero que esse facto não passe despercebido ao líder da comissão. A escola médica da Universidade do Algarve tem sido, desde 2009, líder na Europa em atribuir um papel central à MGF e o prof. Adalberto Fernandes sabe-o bem. Nem é preciso ir ao estrangeiro buscar inspiração...

*José Ponte, Londres*

### Netanyahu é tão criminoso como o Hamas

Não podemos continuar calados e quase indiferentes. Após os crimes horrorosos praticados pelo Hamas em 7 de Outubro de 2023, Netanyahu é, neste momento, tão criminoso como aquele movimento terrorista, porque continua a atacar tudo e todos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, matando, matando e matando cada vez mais. A surdez e a inacção do mundo livre preocupam-me. Por que razão a Israel continua tudo a ser perdoado?

*Manuel Morato Gomes, Sra. da Hora*

## O PÚBLICO ERROU

Na edição de ontem, a foto da capa é da Serra de Água, na Madeira, e não da Fajã das Galinhas, como por lapso surge referido. Pedimos desculpa aos leitores pelo erro.

**As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles cartasdirector@publico.pt**

**A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores**

## ESCRITO NA PEDRA

As pessoas que passam bem de saúde são apenas doentes que não sabem que o estão
Jules Romains (1885-1972), escritor francês

## O NÚMERO

# 5000

**Há menos cinco mil estudantes do ensino superior a pedir bolsa de estudo do que em 2023, mas são quase mais 10 mil do que em 2022 e mais 16 mil do que em 2021**

# Eu e o meu maçarico

*Ainda ontem*



**Miguel Esteves Cardoso**

Não tenho saudades de fumar, mas tenho saudades dos apetrechos, dos isqueiros e das boquilhas, e dos cinzeirinhos portáteis.

O que me vale é o meu maçarico. Maçarico foi uma das primeiras palavras que me fizeram rir e aos oito anos o meu bando chamava maçaricos a toda a gente, no sentido de desajeitado, principiante, burro.

Passados 60 anos, a palavra não perdeu a graça. Disse à Maria João que ia encher o maçarico ao Sr. Vítor – o Sr. Vítor da tabacaria – e desatámos os dois a rir, porque "encher o maçarico" a alguém soa a encher o saco, a azucrinar a cabeça de quem não se pode defender.

Teoricamente o meu maçarico serve para brasear atum, queimar leite-creme, gratinar queijo e remover a pele a tomates e pimentos. Mas como é muito levezinho e não ocupa espaço nenhum, anda comigo para todo o lado.

À mais pequena provocação – uma porta emperrada, uma mancha difícil, uma pinta de sangue numa perna de frango – puxo do meu maçarico e faço uma aplicação instantânea de calor.

Metade das vezes ou resulta ou agrava tanto a situação que deixa de ser um problema: desiste-se e passa-se para outro.

O prazer do maçarico – para quem sabe manuseá-lo com precisão – é ir regulando o comprimento da chama.

Leva cinco segundos a aprender. Mas impressiona quem observa. Quer queiramos, quer não, o fogo continua a ser sagrado: faz medo, mas mete respeito.

"Com licença", disse eu, furando a pequena multidão que se formara à volta de um adolescente que tinha partido os óculos, "tenho um maçarico, afastem-se por favor, sou portador de um maçarico..."

Passado um minuto, o *teenager* já se pavoneava outra vez, com os óculos restituídos pela minha mãozinha de soldador.

Como só ando de maçarico desde anteontem, ainda estou naquela fase agradável do fanatismo: gratino tudo o que me puserem à frente.

E mais: julgo os alimentos conforme a resistência que oferecem ao maçarico.

O pão, por exemplo, para mim morreu: fica logo com os pêlos todos pretos, o bandalho.

## ZOOM MOSCOVO, RÚSSIA

EVGENIA NOVOJENINA/REUTERS



**Mulheres tiram fotos de abóboras gigantes numa exposição de vegetais de grandes dimensões no jardim botânico da Universidade de Moscovo, conhecido como "Jardim Boticário", este sábado, na Rússia**


**P**

publico.pt 

**Lisboa (sede: editor e redacção)**
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
**Tel. 210 111 000**

**Porto**
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
**Tel. 226 151 000**

**DIRECTOR**
David Pontes
**Directores adjuntos**
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
**Directora de arte**
Sónia Matos
**Directora de design de produto digital**
Inês Oliveira
**Editoras executivas**
Helena Pereira, Patrícia Jesus
**Editor de fecho**
José J. Mateus

**Editor de Opinião** Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

**Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.**
**Presidente** Ângelo Paupério
**Vogais** Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

**Área Financeira e Circulação** Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

**NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410**
**Proprietário** PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

**Membro da APCT** Tiragem média total de Agosto **19.838 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

**ASSINATURAS** Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
**publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt**

# Uma justiça ao serviço do povo



**Jorge Batista da Silva**

A justiça é um pilar essencial de uma sociedade democrática, que se pauta pelo respeito e pela proteção dos direitos de todos os cidadãos. No entanto, o sistema de justiça português enfrenta ainda enormes desafios que comprometem a sua eficácia e, em particular, a sua acessibilidade.

A burocracia excessiva e a lentidão dos processos são, desde logo, dois dos principais obstáculos ao bom funcionamento da justiça em Portugal. Cidadãos e empresas deparam-se com demoras infinitas e um labirinto de procedimentos burocráticos que, além de ineficazes, são muitas vezes incompreensíveis para o comum dos mortais.

É, por isso, urgente encetar um conjunto de reformas que tornem a nossa justiça mais acessível, mais inteligível, mais rápida e mais eficiente.

Neste sentido, é fundamental começar por investir na modernização das infraestruturas, na digitalização e na simplificação dos procedimentos, pois são medidas essenciais para acelerar a tramitação dos processos e procedimentos, além de os tornarem mais transparentes e mais acessíveis. Uma justiça mais ágil e menos burocrática não só aumenta o grau de satisfação dos cidadãos e das empresas, como reduz os custos e melhora a sua eficiência global.

Outro aspeto prioritário na reforma da justiça é a valorização dos recursos humanos, que são a sua espinha dorsal. A qualidade do serviço que prestam está diretamente relacionada com o seu reconhecimento profissional e com as condições em que trabalham. É imprescindível criar um ambiente de trabalho em que os profissionais da justiça se sintam valorizados, motivados e comprometidos. A justiça para ser justa deve começar por quem a pratica.

Porém, não nos podemos esquecer que uma das principais barreiras no acesso à justiça em Portugal prende-se com os custos associados, que em muitos casos continuam agravados pela aplicação de uma taxa de IVA de 23%. Este valor representa um encargo significativo, sobretudo para as famílias com menores rendimentos, que muitas vezes se veem privadas de assessoria jurídica adequada para defender os seus direitos. A redução do IVA permitiria democratizar o acesso ao sistema de justiça, assegurando que todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, poderiam a ele recorrer. Na discussão do Orçamento para 2025 esta deveria ser uma matéria incontornável.

Só com uma justiça eficiente e acessível



**É urgente encetar um conjunto de reformas que tornem a nossa justiça mais acessível, mais inteligível, mais rápida e mais eficiente**

será possível consolidar o Estado de direito e assegurar a confiança dos cidadãos no sistema judicial. Os notários estão disponíveis para dar o seu contributo para que a justiça seja um direito fundamental ao alcance de todos. Temos um papel importante a desempenhar. Estamos na linha da frente no que toca à simplificação de processos legais e administrativos e na vanguarda das transformações digitais na justiça em Portugal.

Nos últimos anos criámos um arquivo nacional de escrituras desmaterializadas, a certidão digital para os documentos notariais, disponibilizámos o serviço do Certificado Sucessório Europeu e vamos, brevemente, poder apostilar documentos nos cartórios e introduzir em Portugal a Apostila Eletrónica. Tudo isto sem fechar locais de atendimento presencial. Pelo contrário, alargámos a nossa rede no interior do país e nas ilhas e com muita cooperação, nomeadamente, com o Ministério da Justiça – fazemos parte da sua rede de serviços públicos e queremos continuar a contribuir para a sua melhoria.

A nossa proposta para a justiça assenta na criação das condições no terreno para que o sistema funcione e se centre em servir os cidadãos. Não podemos continuar com a eterna discussão sobre como construir um sistema perfeito ou sobre como agradar a todos os seus agentes. A justiça existe para servir o povo e não para servir aqueles que a protagonizam.

**Bastonário da Ordem dos Notários**

# Vanessa Lucrécia publica numa revista jurídica internacional



**Helena Pereira de Melo**

A Professora Vanessa Lucrécia acordou, pela manhã, do seu longo sono. Sonhara que estava numa reunião do conselho científico da sua faculdade de Direito. Nela, a presidente do conselho espreguiçava-se, revelando uns anémicos e vagamente nojentos sovacos, o que justificava o ar compungido dos colegas, que fica sempre bem a professores universitários, e disse: "Temos de melhorar o resultado da nossa investigação no que respeita à obtenção de pontos no índice de publicações científicas Scrapus. Publiquem artigos de três páginas em inglês em revistas indexadas nesta plataforma. Podem ser sobre os aspetos jurídicos da vida sexual dos *robots*. Inspirem-se na Anaïs Nin para os gemidos e na definição de atos sexuais de relevo dos Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, para o enquadramento conceptual do tema. Traduzam a Lei do Arrendamento portuguesa para inglês. Pode ser que algum nómada digital esteja interessado no assunto. Escrevam em português sobre a abordagem não-reducionista da linguagem jurídica normativa comprometida ou distanciada e traduzam o texto no Google Translator. Não se entenderá o conteúdo em nenhuma das línguas usadas, mas tanto faz. O importante é que publiquem e melhorem a posição relativa da doutrina dos nossos professores nos rankings internacionais."

Neste momento do sonho interveio a diretora da faculdade: "Tenho uma excelente notícia a dar-vos. Convidei, com dinheiro dos fundos públicos adstritos à investigação científica, um membro do conselho redatorial de uma das melhores revistas jurídicas internacionais para passar uma semana na nossa faculdade. Adorou, somos cosmopolitas, comemos bem e alugámos uma lancha para que se consciencializasse das potencialidades do estudo do Direito do Mar. Os percebes ('*understandings*') que almoçou permitiram-lhe entender a importância dos estudos jurídicos sustentáveis sobre a biodiversidade nos cascos dos navios. Acabou de oferecer a possibilidade de publicarmos três artigos (sujeitos, claro, a dupla avaliação pelos pares) na sua revista. Um será para a direção, outro para os professores que sejam nossos parentes e amigos e o terceiro para um dos casais residentes de professores, que o assinarão conjuntamente, para maximizarmos o número possível de beneficiários desta oferta. Por este andar, atentas as nossas excelentes relações internacionais, ainda criarei uma Cátedra Internacional de Direitos dos Animais, de que será titular a minha cadela. Já somos – disse, olhando à sua volta na sala de reuniões – quase todos catedráticos e em número suficiente para influenciarmos um júri independente no sentido de fazer professora catedrática a minha doce animália."

A Professora Vanessa Lucrécia suspirou: como era reconfortante acordar e pensar na faculdade inovadora em que trabalhava. Levantou-se, penteou o cabelo de forma assimétrica, colocou dois brincos no lóbulo de uma das orelhas, recordando que se tornou convencional que uma professora universitária de Direito não o seja, vestiu a sua justa saia vermelha espampanante e disse ao seu companheiro: "Querido, escreve aí o início do meu próximo artigo científico que dedicarei à cadela da sr.ª diretora, porque convém agradar-lhe e, com a crescente recusa do especismo, auguro-lhe um brilhante magistério universitário: *'Todos sabemos que os* robots *são feitos de lata, como as latas de atum, e a sua personalidade jurídica é artificial como as flores de plástico horrorosas que, por vezes, se colocam nos cemitérios. Porém, numa visão fenomenológica do Direito, indagamos: é a lata uma lata, tem o atum glúten e pode o* robot *ingeri-lo de forma juridicamente segura?*"

**Nota:** *claro que tudo neste texto é ficção, sendo qualquer correspondência com uma qualquer realidade universitária pura coincidência. Criámos a personagem Vanessa Lucrécia atenta a recusa da tradicional Anita em trabalhar numa inovadora faculdade de Direito no mês de setembro, por preferir colher amoras no campo com a sua mamã.*

**Professora universitária de Direito**

# O novo “*whatever it takes*” de Mario Draghi

***Sem fronteiras***



**Teresa de Sousa**

## Conseguirão os líderes das instituições europeias encontrar um caminho possível para não deitar para o lixo o relatório Draghi?

**1.** Mario Draghi já salvou uma vez a União Europeia do descalabro. Todos ainda nos lembramos do momento em que, em Agosto de 2012, o então presidente do Banco Central Europeu disse a frase que travou a espiral dos mercados que podia levar ao fim do euro: “*Whatever it takes*”, “custe o que custar”. E acrescentou: “Acreditem que será suficiente.” Foi suficiente.

Doze anos depois, foi tornado público o relatório que lhe foi encomendado por Ursula von der Leyen sobre a competitividade da União Europeia: “O Futuro da Competitividade Europeia – uma estratégia para a competitividade europeia.” É um documento de mais de 300 páginas que inclui um diagnóstico exaustivo sobre a economia europeia no mundo de hoje e que adianta uma série de medidas urgentes que devem ser tomadas quanto antes, para evitar que a Europa entre numa “lenta agonia” que a afastará irremediavelmente da liga dos países que vão dominar a cena internacional.

**2.** O diagnóstico é um grito de alerta. Desde o início do século que a Europa perde terreno face às duas maiores economias do mundo: os Estados Unidos, ainda de longe a mais poderosa, mas também a China. Em quase todos os domínios, sobretudo naqueles de que vai depender o futuro – as novas tecnologias. E isso quer dizer, à partida, que as condições de vida, medidas pelo rendimento *per capita*, dos europeus perdem igualmente terreno para as dos americanos a uma velocidade alarmante. E nem vale a pena falar do modelo social europeu, que ainda compensa esta perda: ele só é sustentável, em sociedades cada vez mais envelhecidas, se a produtividade de cada activo aumentar.

Ora, é justamente nesta dimensão que a economia europeia está a perder dramaticamente para a americana. A produtividade é, deste lado, apenas 70 por cento da do lado de lá do Atlântico (e só uma pequena parte deste diferencial se deve ao facto de os americanos trabalharem mais). Alguns dados ajudam a perceber esta realidade. Hoje, a economia americana (340 milhões de habitantes) representa 26% da economia global, e a União Europeia (com 440 milhões) 17%, o mesmo que a China (1400 milhões). Desde 2000, o rendimento *per capita* aumentou nos EUA duas vezes mais do que na Europa.

**3.** Se quisermos dar um salto directamente para as causas que explicam esta perda, elas estão, em boa medida, no atraso tecnológico, ou melhor, na incapacidade europeia de tirar partido da revolução digital, como a América foi capaz de fazer desde 2000. Um pequeno desvio para lembrar o que todos sabemos: que as novas tecnologias foram todas inventadas do lado de lá do Atlântico. A estrutura industrial europeia continua relativamente estática. Draghi dá um exemplo definitivo. Há duas décadas, as três maiores empresas americanas em termos de valor de mercado eram duas automóveis e uma farmacêutica. Hoje, sabemos quais são: Apple, Microsoft, Nvidia (computação inteligente).

Na Europa, são as mesmas há décadas: automóveis (Volkswagen, Mercedes), e agora a farmacêutica dinamarquesa Novo Nordisk (por causa do famoso Ozempic). Nenhuma tecnológica. O problema é que a Europa se prepara para perder alegremente o novo grande salto tecnológico: a inteligência artificial. Olhemos para o investimento total previsto para o sector que vai dominar o nosso futuro: 61% nos EUA; 17% na China, 6% na Europa.

Há uma frase que me vem muitas vezes ao espírito sobre esta questão, cujo autor desconheço: “A América inventa, a China copia, a Europa regula.” Hoje, a China já passou a fase de copiar (embora seja exímia em espionagem industrial). A América continua a inventar e a Europa regula, às vezes preventivamente. Não é que não seja importante fazê-lo, mas talvez na devida altura. Os Estados Unidos deixam as empresas expandir-se e, quando abusam das regras de concorrência, penalizam-nas.

A explicação não está na falta de talento europeu, que há muito. Está no financiamento do talento e da inovação. Nos EUA, são os mercados de capitais e os grandes fundos de investimento que não se importam de arriscar. Na Europa, andamos às voltas com a criação da União dos Mercados de Capitais há dez anos, sem chegar a lado nenhum, e ainda não conseguimos concluir a União Bancária. Na América, falhar faz parte da vida. Na Europa, falhar é um fracasso para a vida. O financiamento é maioritariamente fornecido pela banca e a banca não arrisca. Outro número de Draghi: 30% dos “unicórnios” criados na Europa (*start-ups* com uma valorização superior a mil milhões de dólares) emigram para os EUA.

**4.** Estes são apenas alguns sinais preocupantes que não esgotam, longe disso, a riqueza do relatório Draghi. Que, aliás, começa por lembrar que mudaram radicalmente as condições geopolíticas em que a Europa se habituou a viver. A guerra na Ucrânia acabou abruptamente com o fornecimento de energia barata da Rússia. A pandemia e a nova agressividade da política externa chinesa aceleraram a necessidade europeia de reduzir a sua dependência do



mercado chinês. A segurança garantida pelos Estados Unidos pode estar em causa no curto prazo e estará no longo, porque a ameaça à hegemonia americana vem da China. É esta mudança profunda que não permite à União Europeia continuar a fazer mais do mesmo e a funcionar com as regras que tem. E que torna urgente a sua própria mudança.

**5.** Draghi aponta o caminho. Há um número no seu relatório que fez os títulos da imprensa e que mereceu as primeiras reacções negativas de alguns governos: 800 mil milhões de investimento anual para financiar a mudança, na sua maioria privado, mas também europeu, com o recurso à emissão de dívida conjunta para contornar os limites ao endividamento dos Estados impostos pelo PEC. Parece imenso, mas basta pensarmos no conjunto de programas de investimento federal aprovados pela Administração Biden nos primeiros dois anos de mandato para termos uma ideia mais exacta: qualquer coisa como quatro biliões (triliões na terminologia inglesa) para infra-estruturas, transição verde, ciência e inovação, apoio às famílias. A



**Se Kamala Harris vencer, as democracias europeias ainda terão algum tempo para se entenderem sobre o seu futuro. Caso contrário, não vale a pena ter grandes ilusões**

economia americana é hoje a inveja do mundo, incluindo da China, que, mantendo embora um crescimento mais elevado, está mergulhada em problemas que o seu sistema, cada vez mais centralizado e controlado pelo PCC, não consegue resolver.

**6.** Curiosamente, houve uma nítida divisão no Governo tripartido alemão. Christian Lindner, o liberal que chefia as Finanças, disse logo que nem pensar. O vice-chanceler Robert Habeck, co-líder dos Verdes, elogiou o relatório. Olaf Scholz anda tão preocupado a fechar fronteiras para tentar responder às vitórias da extrema-direita alemã em dois *Länder* do Leste, Turíngia e Saxónia, que ainda não disse anda. O Governo da Haia também reagiu muito mal à emissão de dívida conjunta. É um governo de coligação em que a força dominante é o partido populista de Geert Wilders.

Cito estes dois exemplos apenas para sublinhar uma realidade que não podemos esquecer: a Europa está paralisada pelo somatório de crises políticas em alguns dos seus países mais decisivos, nomeadamente em França e na Alemanha, o seu tradicional “motor”, que nunca esteve tão desconexo como hoje. Tem uma guerra na sua fronteira da qual depende o seu futuro. Tem um desafio interno gigantesco, com o crescimento das forças políticas nacionalistas e populistas. As condições para mais integração política, que o relatório pressupõe, são, portanto, adversas.

Conseguirão os líderes das instituições europeias, sobretudo Von der Leyen e António Costa, encontrar um caminho possível para não deitar para o lixo o relatório Draghi? Para isso, as políticas europeias não podem continuar a ser fragmentadas em gavetas separadas, a obsessão de regular tudo tem de ser revista, as regras da concorrência também (impedem a criação de empresas europeias de dimensão global), a integração das políticas económicas tem de se tornar uma realidade. O que sabemos é que a Europa corre contra o tempo para reverter o seu declínio, com a consequente perda de influência num mundo onde reina cada vez mais a lei da relação de forças.

A guerra da Ucrânia poderia ser um estímulo. As indústrias de defesa são um catalisador de inovação, basta olhar para os EUA, onde o Pentágono é o maior financiador de R&D. A Europa teve de comprar ao exterior mais de 70% do armamento fornecido à Ucrânia, do qual 67% aos EUA. As indústrias nacionais concorrem umas com as outras: fabricam 12 tipos de tanques. Os EUA fabricam um.

Enquanto isto, em Bruxelas, a eurocracia repete todos os dias que a Europa é a oitava maravilha do mundo.

O veredicto talvez mais importante para o nosso futuro, sabê-lo-emos no dia 5 de Novembro. Se Kamala Harris vencer, as democracias europeias ainda terão algum tempo para se entenderem sobre o seu futuro. Caso contrário, não vale a pena ter grandes ilusões.

**Jornalista. Escreve ao domingo**

DANIEL ROCHA



Depois de um recorde histórico de 89 mulheres eleitas em 2019 para o Parlamento, os actos eleitorais seguintes (2022 e 2024) apontaram para um recuo

# Número de mulheres caiu nas legislativas, autárquicas e europeias

Decréscimo da representação feminina é transversal e ocorre depois das alterações à lei da paridade, feitas para subir a participação das mulheres na política

Fernando Costa

Nas últimas eleições europeias, legislativas e autárquicas foram eleitas menos mulheres do que nas eleições anteriores. O decréscimo da representação feminina na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e na presidência de autarquias acontece depois de a lei da paridade ter sido actualizada, em 2019, passando desde então a exigir que as listas eleitorais assegurem a representação mínima de género de 40%. Mas, na realidade, o número de mulheres eleitas não só não aumentou como está a cair.

Há três meses, Portugal elegeu oito eurodeputadas, menos uma do que em 2019. Em 21 eleitos, as mulheres representam agora 38,1%. De acordo com os dados do *site* do Parlamento Europeu, as últimas eleições marcaram, inclusivamente, o primeiro recuo na representação de mulheres portuguesas no Parlamento Europeu desde 1994, quando eram apenas 8%.

O mesmo sucedeu nas últimas eleições autárquicas, em 2021, relativamente ao número de mulheres a ocupar o lugar de presidente de câmara. Desde 1985, quando havia apenas quatro autarcas do sexo feminino, que este número não descia. Aconteceu nas últimas eleições, com a eleição de 29 presidentes mulheres – menos três do que em 2017.

De acordo com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, nas eleições locais de há três anos o número de homens a ocupar o primeiro lugar nas listas de candidatura (1278) foi quatro vezes superior ao de mulheres (293). Há, aliás, cinco distritos que elegeram zero mulheres para o cargo de presidente: Beja, Castelo Branco, Guarda, Leiria e Viana do Castelo. O distrito com maior percentagem de "presidentas" é Faro, com 25%.

Nas legislativas, a inversão no caminho para a paridade não começou nas eleições deste ano, mas nas anteriores. Depois de, em 2019, terem sido eleitas 89 mulheres, um

**38,1%**

**Há três meses, Portugal elegeu oito eurodeputadas, o que representa 38,1% do total. Este é o primeiro recuo desde 1994**

**29**

**Número de presidentes de câmara eleitas em 2021. Menos três do que em 2017. Primeira descida desde 1985**

**76**

**Número de mulheres eleitas em 2024 para a Assembleia da República, confirmando uma tendência anterior**

recorde histórico, nos actos eleitorais seguintes este número tem diminuído. Em 2022, foram 85. Em 2024, ainda menos – foram eleitas 76 mulheres. Actualmente, em resultado das saídas logo no início da legislatura (em particular para o Governo), sentam-se 80 deputadas em São Bento, segundo o Balanço de Actividade Parlamentar – cerca de 34,8% no total de 230 deputados.

O decréscimo da representação feminina nas várias frentes do poder político decorre já após uma alteração legal que deveria ter potenciado a participação das mulheres nesta área. As últimas eleições europeias, legislativas e autárquicas (as duas primeiras este ano, as últimas em 2021) decorreram todas depois de 2019, ano em que o Parlamento aprovou uma alteração à lei da paridade no sentido de aumentar de 33% para 40% a representação mínima de género nas listas para a Assembleia da República, Parlamento Europeu e autarquias locais.

A lei exige que as listas não tenham mais do que duas pessoas do mesmo sexo seguidas. Ou seja, a dois homens candidatos terá sempre de se seguir uma mulher, e vice-versa.

Entre os partidos com assento parlamentar, apenas o Bloco de Esquerda, com três deputadas em cinco, cumpre os 40% de paridade. Dos restantes, os mais próximos são o PS, que actualmente tem 30 mulheres em 78 deputados (38,46%), e a Iniciativa Liberal, com três em oito (37,5%).

Já o actual Governo tem, em 59 governantes (incluindo Luís Montenegro), 24 mulheres: sete ministras e 17 secretárias de Estado. Representam, portanto, 40,6%, o que torna o actual executivo o mais paritário da democracia portuguesa.

### Como resolver o problema?

Apesar dos pressupostos consagrados na lei, a legislação não é suficiente para que a paridade seja uma realidade prática na política. Elza Pais, ex-secretária de Estado da Igualdade e actual deputada do PS, defende, em declarações ao PÚBLICO, que "há todo um trabalho que tem de se fazer a nível das culturas políticas dos partidos" para que a lei da paridade seja cumprida, "não pelos mínimos, mas por patamares mais elevados". A título de exemplo, refere como o Chega, após as eleições de 2022, tinha apenas uma mulher entre os 12 deputados eleitos sem violar a lei da paridade.

Para a deputada socialista e para o PS, caso a cultura dos partidos políticos em Portugal quanto à paridade não mude, "a própria lei tem de ser alterada".

A investigadora em igualdade de género na Universidade do Minho Eva Macedo defende que existe um problema de fundo, já que em Portugal "a paridade ainda não está interiorizada como valor". "Se estivesse, ela iria impor-se naturalmente", diz ao PÚBLICO. "Quando não existe este mecanismo forçoso de paridade", os cargos de poder tendem a ser ocupados pelo "sexo ainda mais dominante nas relações políticas, que é o masculino".

Um exemplo disso é precisamente a discrepância em cabeças de lista nas últimas autárquicas. Como a lei não exige que haja uma determinada quota de cabeças de lista de cada género, em 2021 só 18,6% destes lugares foram ocupados por mulheres. Maria Helena Santos, investigadora no Centro de Investigação e Intervenção Social do Iscte, reitera a ideia defendida por Eva Macedo: "Convidarem praticamente só homens para cabeças de lista mostra que o espírito da lei da paridade não está interiorizado na elite política."

Em 2019, como lembra Elza Pais, o Governo socialista chegou a propor que as listas para "órgãos colegiais electivos" tivessem de ter os primeiros candidatos de sexos diferentes.

A alternância homem-mulher-homem-mulher, numa espécie de fecho *éclair*, é uma das soluções defendidas por Maria Helena Santos e pelo Movimento pela Paridade Política em Portugal, que integra. Num manifesto enviado ao presidente da Assembleia da República, por ocasião do 25 de Abril, o movimento inclui outras propostas, como a subida do limiar de paridade para 50% e a criação de um "regime que obrigue à paridade na composição dos governos nacionais, nas equipas ministeriais, secretarias de Estado e demais cargos de nomeação política".

Ao PÚBLICO Maria Helena Santos sublinha que a lei em vigor não é suficiente para garantir a paridade na política, até porque muitas vezes as mulheres são colocadas no terceiro lugar em círculos eleitorais que só elegem dois deputados (como Portalegre e os círculos da Europa e Fora da Europa). O que impossibilita, à partida, a eleição feminina nestes círculos.



**Há todo um trabalho que tem de se fazer a nível das culturas políticas dos partidos**

**Elza Pais**
Ex-secretária de Estado da Igualdade e actual deputada do PS

**A paridade ainda não está interiorizada como valor**

**Eva Macedo**
Investigadora na Universidade do Minho

**Ninguém larga o poder assim, não é? Para entrarem mulheres, têm de sair homens**

**Maria Helena Santos**
Movimento pela Paridade Política em Portugal

### Porque há menos mulheres?

Maria Helena Santos defende que, como os partidos ainda "são mundos muito masculinos", também ainda existe muita resistência interna à transição para um cenário político mais paritário: "Ninguém larga o poder assim, não é? Para entrarem mulheres, têm que sair homens."

Eva Macedo diz que o problema de retrocesso não é de agora e não é exclusivo do poder político nacional ou da sociedade portuguesa. "É um fenómeno que está a acontecer a nível global", começa por dizer a investigadora. "Se nós olharmos para a Europa, assistimos a movimentos antidireitos das mulheres. Nos Estados Unidos, também."

E acrescenta que os "Estados têm falhado" na "profilaxia dos valores sociais" e que é preciso transmitir a noção de que a paridade "beneficia todos, não beneficia só as mulheres".

Esta falta de interiorização da paridade como valor social também afecta as decisões dos eleitores: "Somos todos vítimas de uma educação que nos moldou a achar que as mulheres são mais sentimentais, são mais emocionais, não são tão boas líderes. São melhores nas posições de cuidado, nos lugares de vice", começa por explicar, antes de defender que é preciso "semear, cultivar e fazer crescer no seio da sociedade o valor de igualdade".

Eva Macedo lembra que a própria Constituição prevê a igualdade real entre homens e mulheres. E, sim, também em oportunidades políticas, no artigo 109.º: "A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não-discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos."

# Pedro Nuno Santos insiste nas dificuldades em viabilizar o OE

Fernando Costa

**PS está, no entanto, disponível para "dar uma oportunidade" ao Governo e evitar eleições antecipadas**

O secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos, afirmou ontem que é "praticamente impossível" que o PS viabilize um Orçamento de Estado (OE) que "espelhe quase na totalidade o programa eleitoral do qual" o partido discorda. Mas reiterou que os socialistas estão disponíveis para "dar uma oportunidade" ao Governo para garantir condições para que o documento passe e se evite um cenário de eleições antecipadas.

"A distância entre nós e as soluções que o PSD apresenta é muito grande. É praticamente impossível viabilizarmos um OE que espelhe quase na totalidade o programa eleitoral do qual nós discordamos", afirmou Pedro Nuno Santos, em Coimbra, no início da reunião da comissão nacional do partido.

"Estamos disponíveis para dar uma oportunidade a quem quer continuar a governar Portugal para garantir condições para a viabilização desse Orçamento e dessa forma evitarmos eleições antecipadas", assegurou.

O secretário-geral socialista voltou a sublinhar que "o PS não quer ser responsável por 50% do Orçamento" mas assegurou que o partido não se põe de fora das negociações. "Mas não a qualquer preço."

Ressalvou que é importante "discutir o destino a dar aos recursos públicos do Estado". Apontando, de novo, críticas às medidas de redução do IRC e ao IRS Jovem, o socialista descreveu as medidas como "más por si, injustas do ponto de vista social".

Defendeu ainda que é preciso discutir-se o "melhor destino a dar aos recursos públicos do Estado". Decidir "se o melhor destino é reduzir a receita fiscal em mais de mil milhões de euros, ou se é usar essa receita fiscal para darmos resposta a problemas concretos dos portugueses". Afirmou ainda que a posição do PS é a de que será melhor, em vez de "desperdiçar recursos financeiros para uma minoria da população, grande parte dela que precisa menos do que outra parte da população", "usar essa receita fiscal para melhorar os serviços públicos".

Garantiu ainda que o PS nunca aprovará um Orçamento que inclua "medidas lesivas para os portugueses". Mais tarde, o primeiro-ministro defendeu a estabilidade para o país. "O país espera que nesta ocasião não se prejudique um caminho de crescimento, um caminho de aproveitamento das oportunidades, nomeadamente de financiamento, que são extraordinárias", disse Luís Montenegro citado pela Lusa.



**Pedro Nuno Santos é o líder do Partido Socialista**

### Taxa de carbono

Ao longo do discurso, Pedro Nuno Santos deixou várias críticas ao Governo de Luís Montenegro, sobre vários assuntos. Começou por criticar a forma como, considerou, os agravamentos fiscais no preço dos combustíveis foram feitos "sem comunicação prévia, sem explicação ao país, pela calada, para ver se ninguém dava por ela". Ainda que admitisse que a reposição da taxa de carbono era "expectável", criticou a falta de explicações do Governo sobre "qual seria a sua estratégia para o fim da suspensão da taxa de carbono".

Acusou também o Governo de "baixar o IRS e pagar essa redução com o aumento do preço dos combustíveis".

Sobre a crise na Saúde Pedro Nuno Santos censurou a forma como o executivo de Luís Montenegro afirmou ter reduzido as listas de espera para cirurgias de oncologia. Para o secretário-geral do PS, o que aconteceu na verdade foi que o Governo fez marcações de cirurgias ao longo de períodos dilatados, mas, na verdade, os pacientes continuam à espera de intervenções. "Os pacientes deixavam de estar na lista, mas continuavam à espera. Foi uma boa forma de o PSD e do Governo resolverem as listas de espera. Não resolveram foi a espera."

# Olivença leva Melo a criticar Pedro Nuno

**O ministro da Defesa diz que a posição de Pedro Nuno Santos "contraria até posições antigas do PS" e do grupo parlamentar**

O ministro da Defesa, Nuno Melo, classificou ontem de "muito grave" que o líder socialista seja "talvez o primeiro" responsável político a negar, em mais de 200 anos, a legitimidade de Portugal sobre aquela localidade anexada por Espanha.

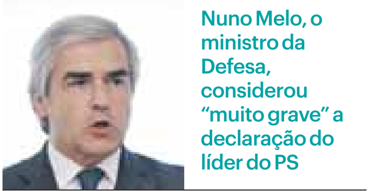
"'Muito grave' é que em mais de 200 anos Pedro Nuno Santos seja talvez o primeiro líder de um partido político a negar a legitimidade de Portugal sobre Olivença, reconhecida pela própria Espanha em tratado", escreveu na rede social X o governante e presidente do CDS-PP, respondendo a críticas do secretário-geral socialista às suas declarações de que Olivença "é portuguesa".

Na publicação, em que reproduz a notícia da agência Lusa sobre a posição de Pedro Nuno Santos, considera que o líder da oposição "contraria até posições antigas do PS e do respectivo grupo parlamentar, que chegou a reclamar a intervenção de outro governo, com o próprio a deputado na XII legislatura".

"Nesta matéria, o entendimento do CDS é antigo e é de sempre", diz. Já na noite passada Nuno Melo tinha escrito na mesma rede social que a posição que expressou sobre Olivença "não vincula o Governo" (PSD-CDS/PP, liderado por Luís Montenegro).

"A opinião que tenho sobre Olivença é antiga e corresponde a uma posição de princípio, historicamente conhecida, que várias vezes defendi. Hoje [sexta-feira] repeti-a como presidente do CDS, embora num contexto equívoco, porque presente numa cerimónia como ministro", referiu." Como é óbvio, essa opinião não vincula o Governo. Tratou-se, aliás, de uma resposta a uma pergunta e, por isso, insusceptível de ser concertada com os restantes membros do Governo", salientou.

Na sexta-feira de manhã, durante a cerimónia comemorativa do Dia do Regimento de Cavalaria N.º 3 (RC3), em Estremoz, o ministro afirmou que "Olivença é portuguesa, naturalmente, e não é provocação nenhuma", em resposta a jornalistas. "Aliás, por tratado, Olivença deverá ser entregue ao Estado português", continuou Nuno Melo, defendendo que "não se abdica" dos "direitos quando são justos".



Nuno Melo, o ministro da Defesa, considerou "muito grave" a declaração do líder do PS

Pedro Nuno Santos considerou no mesmo dia "inusitado que um ministro da Defesa faça uma declaração com esse peso, essa importância, e com esse impacto nas relações diplomáticas com a Espanha, e isso não seja articulado com o ministro dos Negócios Estrangeiros ou com o primeiro-ministro". "Parece-me muito grave que não tenha sido articulada" com eles, sustentou o secretário-geral do PS.

### Uma afronta

Por seu lado, o alcaide de Olivença, Manuel José González Andrade, defendeu na sexta-feira que os discursos que "tentam dividir ou confrontar, falando de territórios sem pensar nas pessoas", são típicos de séculos passados. "Olivença está plenamente satisfeita e orgulhosa do seu passado e da sua história, porque nos torna únicos e nos permite ter uma identidade única em toda a Península Ibérica", frisou, citado pela agência espanhola de notícias Efe.

Já o Grupo dos Amigos de Olivença (GAO) reagiu com agrado às declarações de Nuno Melo, "que vão ao encontro da posição do Estado português", que reclama o cumprimento dos tratados em que os dois países reconhecem a soberania de Portugal sobre esse território.

Em contrapartida, o GAO já veio ontem manifestar o seu "veemente repúdio" pela posição do secretário-geral do PS, que considerou "profundamente desrespeitosas para com a posição oficial de Portugal e uma afronta à defesa dos interesses históricos e territoriais da nação".

Olivença, com cerca de 12 mil habitantes, é uma cidade na zona raiana reivindicada por direito por Portugal, desde o Tratado de Alcanizes, em 1297, mas que Espanha anexou e mantém integrada na província de Badajoz, na comunidade autónoma da Estremadura, apesar de ter reconhecido a soberania portuguesa sobre a cidade quando subscreveu o Congresso de Viena, em 1817. **Lusa**



# Marcelo divulga pedidos "de natureza funcional" do filho

**Lista de 14 pedidos formulados pelo filho de Marcelo foram publicados ontem numa nota no portal da Presidência**

O Presidente da República divulgou ontem a lista de 14 pedidos formulados por Nuno Rebelo de Sousa, salientando que o foram na qualidade de presidente da Câmara de Comércio Luso-Brasileira de São Paulo e "todos eles de natureza funcional".

Numa nota publicada no portal da Presidência da República, refere-se também que, dos 14 pedidos de Nuno Rebelo de Sousa, filho do chefe de Estado, oito foram indeferidos e seis deferidos, a maioria sobre participantes na Web Summit em Lisboa.

"Em anexo encontra-se a lista enviada à Assembleia da República, a solicitação do senhor presidente da Assembleia da República, relativamente aos catorze pedidos formulados pelo Dr. Nuno Rebelo de Sousa, na qualidade de presidente da Câmara de Comércio Luso-Brasileira de São Paulo, todos eles de natureza funcional, dos quais oito não foram deferidos e seis deferidos, o maior número dos quais relativos à delegação brasileira e luso-brasileira participante na Web Summit, em Lisboa", lê-se na nota. Aí, realça-se que "esta lista exaustiva corresponde a todo o período dos dois mandatos presidenciais" de Marcelo Rebelo de Sousa, "cerca de oito anos e meio".

Ontem, no âmbito da comissão parlamentar de inquérito sobre o caso das gémeas tratadas no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, o jornal *Correio da Manhã* noticiou que Nuno Rebelo de Sousa fez 14 pedidos ao pai desde que este tomou posse como Presidente da República, em 2016.



**Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República**

Em causa na comissão parlamentar de inquérito e no processo em investigação pela PGR, que tem como arguidos o ex-secretário de Estado da Saúde Lacerda Sales e Nuno Rebelo de Sousa, filho do Presidente da República, está a forma como duas crianças luso-brasileiras acederam ao tratamento com o medicamento Zolgensma no Hospital de Santa Maria.

Na notícia publicada no *Correio da Manhã*, realça-se que esta lista dos pedidos de Nuno Rebelo de Sousa foi enviada pela Presidência da República à comissão parlamentar de inquérito ao caso das gémeas luso-brasileiras a pedido dos deputados. Logo aí, a Presidência da República aponta que nenhum dos pedidos tem que ver com o objecto da comissão, e que foram endereçados por Nuno Rebelo de Sousa na qualidade de presidente da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, cargo ao qual renunciou este ano.

Ainda segundo o *Correio da Manhã*, "foi também enquanto presidente da Câmara Portuguesa de São Paulo e director da EDP Brasil que, em 2019, Nuno Rebelo de Sousa contactou a Presidência da República a propósito de duas gémeas com atrofia muscular espinhal". **Lusa**

# Há menos cinco mil estudantes do superior a pedir bolsa de estudo do que há um ano

Apesar da descida face a 2023, este é o segundo ano com mais candidatos a bolsas de estudo por esta altura. São quase mais dez mil do que há dois anos

**Daniela Carmo**

Mais de 65 mil estudantes apresentaram, até ao início desta semana (a última actualização da Direcção-Geral do Ensino Superior – DGES – data de dia 9 deste mês), a sua candidatura a uma bolsa de acção social no ensino superior, num momento em que as instituições se preparam para dar início às aulas e a cerca de duas semanas do fim do primeiro prazo para submissão dos pedidos (30 de Setembro). Até lá, e mesmo no decorrer do ano lectivo, os números deverão ainda aumentar. Mas, comparando com o mesmo período de 2023, verifica-se que, à data, há um diferencial de menos 5473 pedidos de bolsa de estudo. Pelo menos, para já.

Se recuarmos mais no tempo verificamos, por outro lado, que este é o segundo ano com mais candidatos a bolsas de estudo por esta altura. São quase mais dez mil candidaturas do que há dois anos e mais 16 mil do que há três.

Quanto às cinco mil candidaturas a menos até à data, o PÚBLICO pediu um comentário ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) no sentido de aferir possíveis explicações para esta diminuição face ao mesmo período do ano passado, mas não obteve resposta.

Contactados pelo PÚBLICO, dois de três dirigentes estudantis não têm dúvidas em associar estes dados aos efeitos do aumento do custo de vida, assim como a uma percepção generalizada por parte dos estudantes de que, à partida, serão excluídos deste tipo de apoio. Note-se, contudo, a este respeito que nunca tantos estudantes do ensino superior receberam bolsa de estudo como no último ano lectivo. Foram mais de 80 mil, de acordo com dados disponibilizados pela DGES.

O primeiro prazo de candidaturas só termina a 30 de Setembro e, até lá, mais estudantes poderão candidatar-se a apoios sociais. É isso mesmo que o presidente da Federação Académica do Porto (FAP), Francisco Porto Fernandes, lembra e, ao mesmo tempo, não atribui preocupações de relevo a este possível decréscimo de requerimentos. "Penso que este número estará relacionado com a diminuição do número de novos estudantes a entrar [no ensino superior], fruto até da própria dinâmica da natalidade do país", justifica.

Contudo, é com alguma estranheza que olha para o universo de candidaturas submetidas até ao momento. "Por outro lado, este ano temos um novo apoio social, que é o complemento ao alojamento para alunos não bolseiros, mas é preciso ser candidato à bolsa para o obter. Ou seja – e aí, sim – parece-me preocupante se o número de candidaturas, até ao fim de Setembro, não for superior ao que é habitual, porque vamos ter muito poucos estudantes a poder usufruir deste apoio", resume o responsável académico.

O dirigente estudantil aponta ainda como justificação o facto de, durante alguns dias de Agosto, "a plataforma da DGES ter estado em gestão e, por isso, ao contrário do que é normal, só houve 30 candidaturas por dia".

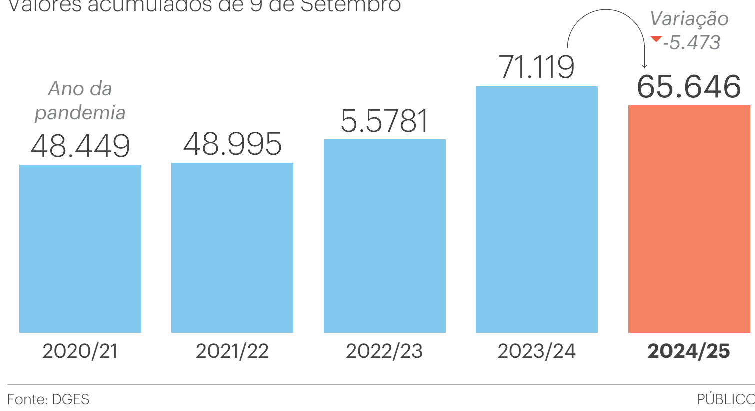
Com uma leitura mais fina dos dados partilhados pela DGES, confirma-se que, em pelo menos dois dias (o último fim-de-semana de Agosto), o número de candidaturas a bolsas não chegou à centena. Tendencialmente, há um menor número de submissões durante os fins-de-semana, mas à semana esse número sobe consideravelmente. O dia 2 de Setembro foi aquele em que, até ao momento, mais estudantes pediram bolsa de estudo, num total de 3235 submissões num só dia.

Além do prazo de 30 de Setembro, os estudantes podem entregar o requerimento entre 1 de Outubro e 31 de Maio, "sendo, nesse caso, o valor da bolsa de estudo a atribuir proporcional ao valor calculado nos termos" do regulamento de atribuição destes apoios, "considerando o período que medeia entre o mês seguinte ao da submissão do requerimento e o fim do período lectivo ou do estágio", conforme consta do *site* da DGES.

Já o presidente da Associação Académica da Universidade de Lisboa (AAUL), Diogo Ferreira Leite, relata ao PÚBLICO que "tem havido um decréscimo em relação ao ano lectivo anterior dos estudantes com acção social a candidatarem-se ao ensino superior". "Temos menos estudantes carenciados a frequentar o ensino superior e, por isso, a fazer esse pedido de apoio social", atesta e, para o justificar, remete para três factores: o desconhecimento dos apoios sociais, o custo da habitação e os custos inerentes à frequência do ensino superior.



Só a 30 de Setembro termina o primeiro prazo de candidatura às bolsas no ensino superior




**Percepção generalizada por parte dos estudantes de que, à partida, serão excluídos deste tipo de apoio pode ajudar a explicar esta evolução**

### O factor carência económica

"Há um dado que não podemos esquecer: na primeira fase foram colocados mais de 49 mil estudantes, mas, desses, quase cinco mil não concretizaram as suas matrículas. É um dado muito preocupante e seria importante perceber quantos é que não fizeram a matrícula por questões académicas ou de preferência e quantos foram casos" justificados pelas condições socioeconómicas do agregado familiar, desenvolve ainda.

Do lado da Associação Académica de Coimbra (AAC), o presidente, Renato Daniel, nota que esta hesitação poderá vir muito também dessas mesmas condições económicas dos estudantes, que os farão desistir de frequentar o ensino superior. Mas

DANIEL ROCHA



adianta também a possibilidade de os alunos não se chegarem a candidatar à bolsa por pensarem, *a priori*, que os seus pedidos não serão deferidos.

Por outro lado, Renato Daniel alerta para a necessidade de criar nas instituições de ensino superior "mecanismos complementares à própria actuação do Estado para que haja bolsas além daquelas que são directas da acção social, as da DGES, para manter os estudantes no ensino superior". E insiste na necessidade de rever o conceito de agregado familiar, que foi alterado na anterior legislatura. Em causa está a inclusão da palavra "ou" nos critérios de selecção.

No artigo 4.º do regulamento para a atribuição de bolsas passou a constar que o agregado familiar do estudante, "elemento determinante para a fixação do valor da bolsa-base anual, é constituído pelo próprio e pelas seguintes pessoas que com ele vivam em comunhão de mesa, habitação e/ou rendimento". A palavra "ou" significa que os critérios deixam de ser cumulativos e que basta um para os alunos perderem bolsa.

Contudo, à data do debate sobre esta mudança, a anterior equipa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior afirmou que a alteração ao regulamento nem sempre dita a perda do apoio. Noutros casos, leva a "uma maior probabilidade de elegibilidade" e a bolsas com valores mais altos.

A carência económica continua a ser o critério fundamental para a atribuição destas bolsas de estudo. O limiar para a elegibilidade é fixado com base no indexante dos apoios sociais (IAS), que, em 2024, tem um valor de 509,26 euros. Para ter direito à bolsa, o rendimento *per capita* do agregado em que o estudante está integrado não pode ser superior a 23 vezes o indexante dos apoios sociais em vigor no início do ano lectivo. Ou seja, em 2024/2025 terá de ser igual ou inferior a 11.712,98 euros/ano.

Para os que já frequentam o ensino superior, o aproveitamento registado no ano lectivo anterior também conta para a atribuição da bolsa. Mais concretamente, se tiver estado inscrito a 36 créditos ECTS (*European Credit Transfer and Accumulation System*) ou mais, para obter aproveitamento escolar tem de ter aproveitamento a pelo menos 36 ECTS; se esteve inscrito em menos de 36 ECTS, tem de ter aproveitamento em todas as que frequentou.

## Entrada para a universidade

# Cerca de 36,5% dos candidatos à 2.ª fase já estavam inscritos no superior

**Clara Viana**

**Foram colocados 8029 estudantes de um total de 19.644 candidatos. Resultados da segunda fase conhecidos hoje**

Foram colocados na 1.ª fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior, não se inscreveram em nenhuma instituição e não voltaram a procurar nova colocação na 2.ª fase, cujos resultados foram divulgados à meia-noite de hoje. Aconteceu com 2717 dos 4695 estudantes que não concretizaram a matrícula após a colocação.

Segundo a informação enviada pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), deste grupo de alunos só 1978 acabaram por se candidatar de novo.

No total, candidataram-se 19.644 estudantes e foram colocados 8029, o que significa que apenas 41% obtiveram colocação na 2.ª fase, um valor muito inferior ao registado na 1.ª (91%), que é também a mais concorrida. Havia 54.665 vagas disponíveis, foram colocados 49.963 estudantes.

### Um acréscimo de vagas

Dos 19.644 candidatos à 2.ª fase, 7178 (36,5%) foram colocados na primeira etapa, inscreveram-se, mas optaram por mudar de curso mesmo antes de as aulas começarem. Este movimento terá sido potenciado pelo acréscimo de vagas, que praticamente duplicaram face ao seu valor inicial devido, sobretudo, dos estudantes que não se inscreveram, libertando estes lugares para outros: das 4966 vagas iniciais passou-se assim para 9659. A essas, informa o MECI, "acresceram 2011 vagas libertadas por candidatos colocados e matriculados na primeira fase que foram agora colocados na segunda fase, mais 87 vagas adicionais", disponibilizadas por instituições do superior.

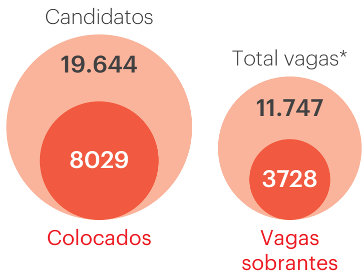
Este aumento abrange também cursos de Medicina e de Engenharia Aeroespacial, que figuram entre os mais disputados.

Em 2023, o número de alunos que não se inscreveu após ter sido colocado rondou os 5700, um valor que responsáveis de instituições do ensino superior consideraram "pouco habitual". Apontaram como uma das razões prováveis a possibilidade de vários destes alunos já frequentarem o ensino superior, tendo concorrido ao concurso de acesso para mudar de curso, mas depois decidiram não o fazer.

### Quebra de regra com anos

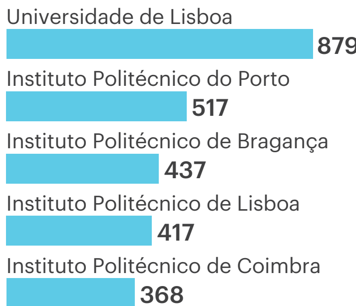
Ao contrário do que é habitual, não é possível ao PÚBLICO avançar quais os cursos que tiveram mais estudantes colocados, nem os que tiveram médias de entrada mais ou menos elevadas, nem as vagas ocupadas em cada um, nem disponibilizar várias outras informações que permitem apresentar um retrato mais completo das instituições e estudantes envolvidos nesta operação.

**Vagas, candidatos e colocados na 2.ª fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior**

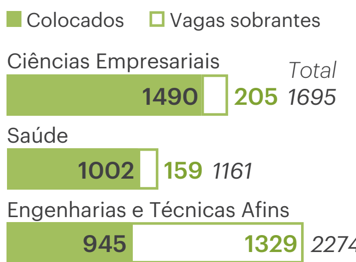



*junta as vagas que sobraram da 1.ª fase (9659) com as vagas que foram libertadas pela saída de alunos já matriculados (2011) e ainda as vagas não ocupadas de outros concursos (87)

**As cinco instituições do ensino superior com mais colocados**




**Áreas de estudo com mais colocados na 2.ª fase**




Fonte: Direcção-Geral do Ensino Superior PÚBLICO

Isto deve-se ao facto de o MECI não ter facultado à comunicação social, sob embargo, a lista de colocações por curso, quebrando deste modo uma regra com anos. Também a nota de síntese que a tutela costuma enviar à comunicação social não adianta, desta vez, nenhuma informação quanto aos cursos e características socioeconómicas dos colocados. Não permite assim aferir, por exemplo, se a tendência de queda entre os alunos carenciados se mantém.

Embora com valores menores, os resultados da 2.ª fase agora conhecidos são idênticos os do 2023. Candidataram-se então 20.399 estudantes, foram colocados 8109, tendo sobrado 3936 para a 3.ª e última fase do concurso de acesso. Este ano são 3728.

O Instituto Politécnico de Bragança é a instituição com mais vagas (876) ainda por atribuir, mas figura também entre as que tiveram mais colocados (437) na 2.ª fase, uma lista que é liderada pela Universidade de Lisboa.

Na primeira etapa do concurso, Bragança ficou com grande parte das vagas disponíveis por ocupar. A presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos, Maria José Fernandes, explicou então que, nos últimos nos, aquela instituição tem conseguido ocupá-las num momento posterior com candidatos internacionais, em especial dos países lusófonos: "É a instituição de ensino superior que mais candidatos internacionais atrai em Portugal."

Ciências Empresariais foi a área de estudo com mais colocados, seguida pela Saúde. No pólo oposto estão as áreas de Serviços de Segurança e de Transportes.

Segundo a informação enviada pelo MECI, 4953 dos candidatos não concorreram à 1.ª fase. Recorde-se a propósito que esta etapa está vedada a quem repete os exames nacionais do secundário na 2.ª fase, utilizada por quem reprovou nas primeiras provas ou que pretenda melhorar a nota obtida.

Fica-se a saber ainda que 5535 candidatos foram à 2.ª fase por não terem conseguido colocação na anterior.

Para os estudantes agora colocados, a matrícula e inscrição deve ser realizada entre 16 e 18 de Setembro junto da instituição de ensino superior. As vagas finais para a 3.ª fase serão conhecidas a 23 de Setembro, decorrendo as candidaturas entre 21 e 24 deste mês.

# São 150 os medicamentos de dispensa hospitalar para levantamento nas farmácias

Gina Pereira

**ANF alerta que há fármacos que já são disponibilizados em proximidade pelos hospitais que não constam da lista inicial**

O Governo fixou em cerca de 150 os medicamentos de dispensa hospitalar que vão poder ser levantados nas farmácias a partir de 1 de Janeiro de 2025 no âmbito do regime de dispensa em proximidade que já tem estado a ser testado com sucesso nalguns centros hospitalares do país. Contudo, de acordo com informação da Associação Nacional de Farmácias (ANF) e da Ordem dos Farmacêuticos, há vários medicamentos de dispensa hospitalar que já têm estado a ser levantados nas farmácias que não constam desta lista, o que poderá reduzir o universo expectável de potenciais beneficiários.

Quando o Governo publicou a portaria que fixou os termos do financiamento do regime de dispensa de medicamentos em proximidade, estimou em cerca de 150 mil as pessoas que poderiam beneficiar do regime de distribuição em proximidade, deixando os casos mais complexos e as situações de alteração da terapêutica decidida em consulta médica para serem levantados nas farmácias hospitalares.

Contudo, de acordo com a ANF, "por imposição" do recente Despacho n.º 10110/2024, publicado a 29 de Agosto em *Diário da República*, "nem todos os medicamentos listados serão passíveis de dispensa em farmácia comunitária". Acresce que "a referida listagem não abrange todos os medicamentos actualmente dispensados em proximidade pelas farmácias no âmbito dos projectos-piloto, nem abrange todo o potencial do regime de dispensa em proximidade".

Por esta razão, os farmacêuticos consideram "essencial que a lista seja alargada a curto prazo para corresponder às legítimas expectativas das pessoas, assim como a possibilidade de dispensa em farmácia de alguns medicamentos cuja possibilidade foi excluída".

A ANF tem estado a passar a pente fino a listagem de substâncias activas que foi publicada e já detectou medicamentos dispensados pelos hospitais que não constam da lista, como, por exemplo, alguns usados para o tratamento da fibrose quística.

"Antecipamos que a listagem agora publicada poderá reduzir de forma significativa o número de pessoas elegíveis para a dispensa em proximidade, tendo em conta que neste momento já estão a ser dispensados em proximidade medicamentos que não constam desta lista inicial; como tal reforça-se a importância de alargamento da listagem", respondeu fonte oficial da ANF, entidade que tem estado "em diálogo" com as autoridades de saúde sobre este processo.


RAMZI BOUDINA&REUTERS

**Contas do Governo indicam que cerca de 150 mil as pessoas poderiam beneficiar do regime de distribuição em proximidade**



**[É] essencial que a lista seja alargada a curto prazo para corresponder às legítimas expectativas das pessoas**

**Associação Nacional de Farmácias**

### Evitar muitos quilómetros

Ema Paulino, presidente da ANF, congratulou-se com "mais um passo neste processo, essencial para o arranque do serviço de dispensa de proximidade dos medicamentos hospitalares em farmácia comunitária", considerando que "a medida terá um impacto muito positivo para a população, em particular para as pessoas que actualmente têm de percorrer muitos quilómetros para aceder à sua medicação e que, em breve, o poderão fazer na sua farmácia, em proximidade e com o acompanhamento profissional do farmacêutico comunitário em conjunto com a equipa hospitalar".

Contudo, a presidente da ANF considera "essencial que a lista agora publicada seja expandida, de modo a abranger os medicamentos até agora incluídos nos projectos-piloto e, de forma progressiva, incluir outras terapêuticas que beneficiem igualmente os utentes".

Também Hélder Mota Filipe, bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, confirma ao PÚBLICO que "a lista é mais restritiva" do que a distribuição que tem estado a ser feita pelos hospitais, mas prefere que haja "uma lista homogénea" e que possa ser "actualizada a qualquer momento" do que não exista. Ainda assim, está em contacto com o Infarmed e vai ouvir as associações de doentes para ver quais são as necessidades que estão em falta na lista.

A adesão a este programa é facultativa, estando disponível para todas as farmácias comunitárias. Segundo informação do Infarmed, actualmente encontram-se registadas 1231 farmácias para a realização do referido serviço.

Qualquer pessoa, clinicamente estável, pode solicitar a adesão no hospital e escolher a farmácia como local de proximidade para dispensa dos medicamentos, onde será acompanhada pelo farmacêutico comunitário em conjunto com a equipa hospitalar, estando previsto que haja uma formação específica para os farmacêuticos. O serviço prestado não implicará quaisquer custos para o utente.

O processo decorre através do mecanismo centralizado de armazenamento e de distribuição de medicamentos hospitalares – SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais. A entrega nas farmácias será realizada pelos distribuidores farmacêuticos, de forma integrada com o processo habitual de entrega de medicamentos. As farmácias irão receber 6,83 euros por este serviço, aos quais acresce a remuneração do distribuidor farmacêutico (3,03 euros) e do armazenamento central pelo SUCH (2,10euros), por episódio de dispensa.

# Ceder ou arriscar: decisão sobre mísseis contra território russo arrasta-se

## Putin disse que se a Ucrânia puder usar armas ocidentais na Rússia o conflito passa a ser entre Moscovo e a NATO

**João Ruela Ribeiro**

Mantém-se no segredo dos deuses qual é a decisão tomada pelo Presidente norte-americano, Joe Biden, sobre a hipótese de autorizar as forças ucranianas a utilizarem mísseis de longo alcance para atacar alvos em território russo. Há vários sinais que indicam que a Casa Branca está inclinada a aceder aos pedidos de Kiev, apesar dos avisos cada vez mais catastrofistas vindos de Moscovo.

O encontro de sexta-feira em Washington entre Biden e o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, foi encarado como decisivo para fazer tombar todas as dúvidas que ainda persistem na Casa Branca acerca dessa possibilidade, defendida por Londres. No final da reunião, marcada com pouca antecedência e sem um propósito muito explícito, foi publicado um comunicado parco em detalhes, apenas reafirmando as habituais garantias de apoio à Ucrânia na sua guerra contra a Rússia.

À saída do encontro, Starmer sugeriu que a questão não está ainda resolvida e que voltará a ser discutida à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, na próxima semana, "com um grupo mais alargado de pessoas".

Para Kiev, a possibilidade de poder usar os sistemas de mísseis cedidos pelos parceiros ocidentais, como os ATACMS norte-americanos ou os Storm Shadow franco-britânicos, para atacar bases aéreas, paióis ou armazéns logísticos em território russo tornou-se crucial nos últimos meses com a intensificação dos bombardeamentos.

Na sequência de uma nova onda de ataques aéreos russos na madrugada de ontem, o conselheiro presidencial ucraniano Andrii Iermak voltou a apelar a uma decisão rápida. "O terror russo começa nos paióis, bases aéreas e militares dentro da Federação Russa", afirmou.

A última palavra está com os EUA. Importantes aliados ocidentais da Ucrânia como o Reino Unido ou França defendem que as forças ucranianas possam usar mísseis de longo alcance para atacar alvos militares na Rússia, embora outros membros da NATO, como a Alemanha, mantenham alguma relutância. Num encontro em Kiev, esta semana, que juntou o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, e o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, David Lammy, houve sinais de alguma abertura por parte de Washington para dar esse passo.

"Estamos determinados a assegurar que eles [Ucrânia] tenham o que precisam para serem bem-sucedidos", afirmou Blinken na capital ucraniana, poucos dias depois de o próprio Biden ter dito que a Casa Branca estava a "trabalhar" para poder satisfazer as ambições ucranianas.

Muitos analistas consideram que os EUA estão, uma vez mais, a adiar uma decisão que acabará por ser inevitável para garantir que a Ucrânia tem condições de lutar de igual para igual com um oponente amplamente mais bem preparado. Tal como aconteceu com o envio de tanques, mísseis de longo alcance e caças para a Ucrânia, também agora Washington e alguns dos aliados mostram uma enorme relutância em fornecer à Ucrânia armas consideradas fundamentais.

"Surgiu um padrão de hesitações puramente políticas por parte da Casa Branca, sobretudo relacionadas com os longos atrasos antes de



### Stoltenberg diz que NATO podia ter feito mais para evitar a guerra na Ucrânia

A NATO poderia ter feito mais para armar a Ucrânia de forma a evitar a invasão russa em 2022, afirmou o secretário-geral cessante da organização, Jens Stoltenberg, numa entrevista ontem publicada.

"Agora fornecemos material militar para uma guerra. Na altura, poderíamos ter fornecido material militar para evitar a guerra", disse Stoltenberg ao semanário alemão *FAS*.

Stoltenberg referiu a relutância da Aliança Atlântica em fornecer as armas que Kiev tinha pedido antes da invasão em larga escala da Rússia, devido ao receio de uma escalada das tensões com Moscovo. Após o início da guerra, Kiev, que não é membro da NATO, começou a receber armamento dos seus aliados, depois de uma hesitação inicial.

Antigo primeiro-ministro norueguês, Stoltenberg deixará em Outubro as suas funções na NATO, que ocupa desde 2014. O antigo primeiro-ministro neerlandês Mark Rutte foi anunciado em Junho como o próximo líder da organização.

Na entrevista, Stoltenberg afirmou que o fim da guerra na Ucrânia só poderá ser alcançado à mesa das negociações.

"Para acabar com esta guerra, terá de haver novamente um diálogo com a Rússia numa determinada fase. Mas tem de ser baseado na força ucraniana", afirmou.

Na frente de guerra, Rússia e Ucrânia efectuaram ontem uma importante troca de prisioneiros, num total de 206, a segunda em dois dias, na sequência de negociações mediadas pelos Emirados Árabes Unidos.

O Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, afirmou que todos os 103 ucranianos libertados pertenciam às Forças Armadas — 82 soldados e 21 oficiais.





KEVIN LAMARQUE/REUTERS

**Joe Biden recebeu o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, na Casa Branca**

O Ministério da Defesa russo afirmou que os 103 soldados russos trocados tinham sido feitos prisioneiros na região fronteiriça de Kursk, onde as forças ucranianas lançaram uma incursão-surpresa em Agosto.

"O nosso povo está em casa", declarou Zelensky na aplicação de mensagens Telegram. "Conseguimos trazer mais 103 guerreiros do cativeiro russo para a Ucrânia." O líder ucraniano publicou fotografias de militares envoltos na bandeira nacional azul e amarela, abraçando-se, falando ao telemóvel e posando para fotografias de grupo num local não revelado.

A troca foi mediada pelos Emirados Árabes Unidos, segundo a agência noticiosa estatal do país do Golfo, WAM.

autorizar o fornecimento de mísseis de longo alcance e aviões de combate, bem como com o actual bloqueio ao uso de quaisquer armas ocidentais contra alvos militares e infra-estruturas relacionadas dentro da Rússia", escreve na *Foreign Policy* o investigador do Instituto Finlandês de Negócios Estrangeiros Edward Hunter Christie.

## Ameaças de Moscovo

Por trás das hesitações estão os receios de que uma decisão deste género leve a Rússia a fazer escalar o conflito, arriscando um confronto directo com a NATO. O Kremlin não tem deixado de lembrar aos EUA e aos seus aliados que um ataque ucraniano a território russo com armas ocidentais será encarado como uma agressão da Aliança Atlântica, e esta semana, perante a iminência de uma luz verde em Washington, o Presidente russo, Vladimir Putin, decidiu subir ainda mais a parada.

"Isto irá significar que os países da NATO – os EUA e os países europeus – estão em guerra com a Rússia. E, se esse for o caso, então, tendo em mente a alteração da essência do conflito, iremos tomar as decisões apropriadas em resposta às ameaças com as quais nos deparemos", afirmou Putin.

Nos dias que se seguiram, as palavras do Presidente russo foram reafirmadas pelo porta-voz do Kremlin e pelo embaixador russo nas Nações Unidas, Vassili Nebenzia. A linha vermelha foi traçada e fixada. Na sexta-feira, a Rússia anunciou a expulsão de seis diplomatas britânicos – uma decisão que já tinha tido efeitos há mais de duas semanas, mas cujo anúncio coincidiu com a viagem de Starmer a Washington.

Subjacente à hipotética resposta russa está o permanente receio de que o Kremlin recorra a armamento nuclear. Esta hipótese tem sido frequentemente levantada por responsáveis russos desde o início da invasão e ainda ontem o ex-Presidente Dmitri Medvedev afirmou que Moscovo tem "fundamentos" para usar armas nucleares contra a Ucrânia.

No entanto, a Rússia tem ameaçado com escaladas no conflito a cada grau de maior envolvimento ocidental na Ucrânia e, até agora, nenhuma dessas intenções passou do domínio retórico. "A razão pela qual Putin diz esse tipo de coisas é para alcançar o resultado de nos impedir de fazermos coisas", disse à BBC o ex-enviado especial dos EUA para a Ucrânia Kurt Volker. O diplomata criticou a Administração Biden por "exagerar a sensação de que esta é uma nova linha vermelha, que seria tão provocadora para a Rússia que iria criar um novo tipo de escalada".

Não é certo sequer que os países ocidentais anunciem publicamente a autorização dada à Ucrânia para atacar em profundidade no território russo. Na sexta-feira, o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional norte-americano, John Kirby, deu a entender que não se deve aguardar por qualquer "grande anúncio sobre esse assunto".

Mas há quem veja a relutância ocidental que tem marcado o apoio à Ucrânia como uma vitória russa, como explicou recentemente o historiador norte-americano Timothy Snyder, durante uma visita a Kiev: "De repente estamos numa guerra em que muitos de nós se convenceram de que é normal os russos estarem na Ucrânia mas não é normal os ucranianos estarem na Rússia, o que é uma inovação total da história da guerra."

# Procuradoria italiana pede seis anos de prisão para Salvini

**Caso remonta a 2019, quando Salvini era ministro do Interior e impediu entrada em Itália de navio com 147 migrantes**



**Salvini integra actualmente o Governo de Giorgia Meloni**

O Ministério Público italiano pediu ontem seis anos de prisão para o ministro de extrema-direita Matteo Salvini por este ter bloqueado o navio da ONG Open Arms com 147 imigrantes, em Agosto de 2019, quando detinha a pasta do Interior.

A procuradora Marzia Sabela, da procuradoria de Palermo, Sul de Itália, exigiu esta sentença após uma longa argumentação perante o Tribunal de Palermo, salientando nas suas conclusões, entre outras coisas, que "a recusa consciente" desse navio "prejudicou a liberdade pessoal de 147" imigrantes "sem uma razão compreensível".

O fundador da Open Arms, Óscar Camps, disse que este foi "um dia importante para a justiça italiana e europeia". "É um caso particular e único, sem precedentes, diferente dos processos contra outras ONG; neste caso impediu-se voluntária e arbitrariamente o desembarque em Itália", explicou Camps, sublinhando que se tratou de "uma decisão pessoal de Salvini". Na altura, a Liga, de extrema-direita, estava coligada com o Movimento 5 Estrelas no executivo italiano, embora os dois partidos já tivessem rompido o acordo de coligação.

Salvini, actual vice-presidente do Governo de Giorgia Meloni e ministro das Infra-Estruturas, não compareceu à audiência deste processo, em que é acusado dos crimes de sequestro e abuso de poder. O caso remonta a Agosto de 2019, quando Salvini, então ministro do Interior, impediu o desembarque em Itália do navio da ONG espanhola Open Arms com 147 migrantes a bordo que tinham sido resgatados no Mediterrâneo, no âmbito da sua política rigorosa de portos fechados para combater a imigração.

O impasse durou 20 dias, até à noite de 20 de Agosto de 2019, altura em que a justiça interveio para permitir finalmente o acesso do navio ao porto da ilha italiana de Lampedusa (Sul) e desembarcar os 83 migrantes que permaneciam a bordo, uma vez que os restantes tinham sido retirados mais cedo, gradualmente, por razões médicas.

Antes do pedido de condenação, o procurador substituto, Colagero Ferrara, salientou na audiência que neste processo "não há nada de político", mas que estão a ser julgados "actos administrativos" praticados pelo político de extrema-direita na sua qualidade de ministro.

A advogada de defesa, Giulia Bongiorno, presente no tribunal, qualificou a alegação de Ferrara como "um pouco contraditória", por considerar que o arguido está a acusar "uma linha política", disse à imprensa durante uma pausa. Ferrara explicou, entre outras coisas, que quando Salvini foi nomeado ministro, em Junho de 2018, "as decisões sobre desembarques foram transferidas para o seu gabinete pelo Departamento de Liberdades Civis e Imigração".

"Foi o ministro que decidiu e este é um elemento-chave", argumentou. Ao longo do julgamento, Salvini defendeu que a sua intenção era defender as fronteiras de Itália e forçar uma partilha de migrantes na Europa e afirmou que as suas políticas eram "partilhadas" pelo resto do Governo, uma coligação entre a sua Liga e o Movimento 5 Estrelas, liderado pelo primeiro-ministro Giuseppe Conte. O procurador argumentou que, em qualquer caso, o respeito pelas pessoas resgatadas deve estar acima de tudo. "Há um princípio fundamental e incontroverso: entre os direitos humanos e a protecção da soberania do Estado, no nosso sistema jurídico devem prevalecer os primeiros", afirmou.

Este julgamento foi possível porque em Julho de 2020 o Senado votou a favor de o permitir, uma vez que o político tinha imunidade parlamentar. A sentença deverá ser conhecida em meados de Outubro.

**PÚBLICO/Lusa**

# Previsões e profecias na política internacional

*Análise*



José Pedro Teixeira Fernandes

**1.** Até os mais avessos à política internacional já se interrogaram sobre o que poderá acontecer quando ocorrências geopolíticas maiores se intrometem nas nossas vidas. Vivemos em sociedades de (hiper)informação pelo que é praticamente impossível desligar dos acontecimentos do mundo exterior, sejam mais próximos ou mais distantes. Há sempre algo que nos confronta com a realidade do mundo global, mesmo que a tentemos contornar.

Inevitavelmente, quando o mundo exterior entra nas nossas vidas, surgem também questões sobre o futuro que nos vêm à mente e preocupam. Quando vai acabar a guerra na Ucrânia? E a incursão na região russa de Kursk vai levar a uma derrota da Rússia ou a uma paz mais favorável aos ucranianos? Estamos mais perto de uma guerra nuclear do que no passado? O que vai acontecer no Médio Oriente? Iremos ter um cessar-fogo entre Israel e o Hamas e o fim do problema dos reféns? Será que o Irão vai retaliar sobre Israel levando a uma confrontação militar generalizada na região? E, já agora, quem vai ganhar as eleições presidenciais nos EUA? Será Kamala Harris ou Donald Trump?

**2.** A necessidade de interpretar e dar sentido aos acontecimentos caóticos do mundo é tão antiga quanto o ser humano. Essa necessidade intrínseca ao ser humano aumentou drasticamente nos últimos tempos devido à informação quase instantânea sobre o que se passa no mundo. É uma consequência das já referidas sociedades de (hiper)informação em que vivemos. Aos tradicionais *media* institucionalizados e regulados (imprensa escrita, rádio e televisão) juntam-se agora os novos *media* informais e sem regulação específica (redes sociais).

Como resultado, assistimos a uma extraordinária multiplicação de opiniões, interpretações, comentários e análises dos mais diversos tipos que preenchem o espaço público. Mas o ser humano ambiciona mais: não quer só perceber o presente, quer antecipar o futuro, diminuindo a incerteza sobre o mundo em devir, de preferência confirmando as suas pré-convicções. (A capacidade de prever o futuro por alguém visto como visionário e/ou profético sempre foi altamente valorizada nas sociedades humanas.) Todavia, antecipar o futuro na política internacional é entrar num terreno com imensas limitações e repleto de armadilhas intelectuais e falácias. Frequentemente, o resultado é gerar uma falsa sensação de conhecimento e de domínio do mundo em devir.


REUTERS

**3.** A projecção linear dos acontecimentos é uma das formas mais usuais de análise da política internacional. Ainda que de forma inconsciente leva a assumir que os acontecimentos futuros serão largamente uma extrapolação linear das tendências e acontecimentos e conhecidos do passado e do presente. Assim, tende a gerar uma frágil certeza, pois subestima o impacto que acontecimentos imprevistos (ou interligações imprevistas entre acontecimentos conhecidos vistos como distantes) poderão ter, originando um futuro diferente do antecipado.

Próxima desta distorção há uma outra bastante frequente. Decorre da lógica *ceteris paribus* (expressão latina para "todo o mais constante"), muito usada, por exemplo, nas análises da Economia. Consiste em isolar os acontecimentos criando uma compartimentação analítica intelectualmente confortável, só que enferma de um problema maior: não capta a complexidade do todo no mundo real.

Antecipar o futuro da guerra na Ucrânia, da guerra Israel-Hamas ou das eleições presidenciais americanas, fazendo extrapolações lineares e/ou recorrendo ao artifício *ceteris paribus* pode levar a exercícios intelectuais sofisticados. Ainda que sejam úteis (quando bem compreendidas as suas limitações) continuam a ser simplificações e tentativas de racionalização do mundo, sem garantia de antecipar correctamente o futuro.

**4.** Um outro caso é o uso (e abuso) das analogias históricas. Lidar com as incertezas do futuro é uma tarefa árdua, por vezes angustiante. Leva o ser humano a procurar refúgio na História explorando acontecimentos supostamente similares, em que já sabemos o que aconteceu. Por exemplo, para explicar a invasão russa da Ucrânia já foram usadas múltiplas analogias históricas, desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), passando pela Primeira Guerra Mundial 1914-1918) até à Guerra da Coreia (1950-1953), entre várias outras.

Vladimir Putin já foi comparado a Hitler, a Estaline e ao czar Pedro, *o Grande*. Em termos racionais, é sempre reconfortante encontrar acontecimentos históricos — e personagens — que possam servir de exemplo para compreender melhor o presente e antecipar o futuro. Todavia, as cadeias de acontecimentos políticos são demasiado complexas para que o passado sirva como um guia infalível. Se fosse assim, seria simples: bastaria escolher o acontecimento histórico certo (já agora, qual e por que razão incontestada é o mais adequado?). Ignorar o passado empobrece o ser humano e pode levar a erros políticos trágicos, mas achar que no passado encontramos uma (perfeita) grelha de leitura do presente e de antecipação do futuro é algo falacioso.

> **Algumas (poucas) são certeiras, muitas mais são de alguma forma erróneas, outras são completamente desfasadas da realidade futura**

**5.** Por último, o *wishful thinking* que se interliga estreitamente com os valores e convicções mais profundas que moldam a visão do mundo de cada um. É uma das distorções mais usuais e problemáticas. Resulta, desde logo, das crenças, ideais e preconceitos que todo o ser humano tem, os quais afectam — mesmo tendo consciência do problema e querendo evitá-lo — a sua abordagem intelectual. Frequentemente, levam a valorizar excessivamente certas ocorrências ou tendências políticas internacionais (ainda que possam ser observáveis objectivamente), devido a um desejo de que seja essa a realidade futura. Por outras palavras, os factos são avaliados de forma mais ou menos enviesada, segunda a lógica de um certo resultado futuro desejado.

Apesar das imensas limitações e armadilhas intelectuais apontadas, nos últimos anos multiplicaram-se no espaço público as previsões (nalguns casos com tonalidades quase proféticas para captar mais a atenção do público) sobre acontecimentos geopolíticos maiores na política internacional. Algumas (poucas) são certeiras, muitas mais são de alguma forma erróneas, outras são completamente desfasadas da realidade futura.

Não são, por isso, o resultado de avanços no conhecimento especializado em matéria de previsão, como alguns benignamente poderiam supor. Respondem a uma crescente procura de comentários e opiniões sobre acontecimentos políticos internacionais e à ansiedade humana de saber o que poderá acontecer no mundo. São um produto das sociedades de (hiper)informação instantânea à escala global. Podem originar a sensação de compreensão e domínio do mundo reduzindo a incerteza, mas são, demasiadas vezes, uma ilusória antecipação dos acontecimentos em devir.

**Investigador do IPRI-Nova-Universidade Nova de Lisboa**

P

**Do laboratório ao mar, da floresta ao deserto.**

Em Agosto conhecemos as investigações dos nossos cientistas. Foram histórias incríveis sobre gatos-bravos, lobos, cavalos-marinhos, morcegos e muito mais, com ilustrações de André Carrilho.

# Vote já nas suas três histórias favoritas.

## Diário de um Cientista

**Entre 5 e 15 de Setembro vote e ganhe automaticamente 10% de desconto na sua assinatura. Habilite-se ainda a ganhar uma assinatura anual gratuita!**



Consulte mais informações em publico.pt/interactivos/diario-de-um-cientista

UM PROJECTO:

azul. BIOPOLIS

# 5G: a rede está à altura dos desafios, mas à espera de ser rentabilizada

Redes 5G chegam já a todos os concelhos, e Nos, Vodafone e Meo dizem-se prontas a garantir conectividade, mas esbarram na falta de digitalização das empresas

**Ana Brito**

No final de Junho, existiam estações de base 5G nos 308 concelhos do país e em 2196 das 3091 freguesias (71% do total), mostram os dados mais recentes da Anacom. Para os operadores de telecomunicações, que receberam as licenças de quinta geração móvel no final de 2021, a tarefa de construir a rede móvel não foi um passeio no parque, mas parece de concretização mais rápida que o desafio de transformar o 5G, e as potencialidades da nova tecnologia – como velocidade, resiliência, segurança e privacidade –, em serviços e aplicações que conquistem os clientes de telecomunicações e que verdadeiramente permitam rentabilizar estes "investimentos gigantescos".

Reunidos num dos painéis de debate de uma conferência sobre 5G organizada pela entidade reguladora Anacom no início da semana, os responsáveis pelo desenvolvimento de redes da Meo (Altice), Nos e Vodafone fizeram questão de expressar optimismo relativamente à possibilidade de o país poder aproveitar em pleno as possibilidades actuais da tecnologia (e dos muitos desenvolvimentos do 5G que são esperados até ao final da década), mas frisaram que isso não depende apenas dos operadores.

"O trabalho mais árduo de desenvolvimento da rede móvel está feito. Do ponto de vista da tecnologia, ela está pronta. O próximo salto tem a ver com o aproveitamento que se faz", salientou Pedro Santos, da Vodafone, durante a conferência.

Isso significa uma combinação de esforços que permita que quem desenvolve as soluções e equipamentos para o 5G, mas também os potenciais clientes (instituições e empresas), identifique necessidades e seja capaz de "traduzir essa necessidade naquilo que são as funcionalidades que a tecnologia dá", explicou.

Porque, apesar de os consumidores comuns poderem beneficiar de maiores velocidades, menores latências ou maior fiabilidade no serviço de Internet móvel com o 5G, não são estes a encontrar maior diferença face àquilo que já obtinham da tecnologia anterior, o 4G.

É no universo empresarial, em sectores como a mobilidade, os transportes, a gestão de tráfego, a eficiência energética, a medicina ou a logística e processos industriais, por exemplo, que se esperam grandes contributos do 5G. Mas isso não significa que essa seja uma realidade desligada da vida do cidadão comum, que "acaba por ir buscar serviço indirectamente, através das empresas", como frisou Carlos Bouça, da Meo. "Quando nós falamos de saúde, há um serviço [baseado em 5G] de uma empresa do qual, no final, um utente irá usufruir", ilustra.

Mas isso implica que várias peças do puzzle funcionem. "Nós saímos de um mundo horizontal para um mundo vertical", notou este gestor. O mundo horizontal é aquele em que o operador entrega algum produto ou serviço a um destinatário "perfeitamente identificado", mas o mundo vertical é aquele "em que temos um ecossistema de parcerias que têm que colaborar para entregar alguma coisa ao cliente", explicou.

É uma "ideia simplista a de que havendo cobertura tudo o resto nasce, como as plantas", reforça João Ricardo Moreira, da Nos, que acredita que "a congregação de soluções tecnológicas que tiram partido das capacidades, da resiliência, da segurança do 5G, tudo isso é uma construção que demora muito tempo", e que também tem custos que não são comportáveis para todos os agentes económicos.




Os operadores têm de garantir que a rede está a funcionar, mas é preciso "congregar esforços" para chegar a "cursos unitários dos equipamentos que tiram partido da tecnologia, para chegar às condições em que, sim, é economicamente viável criar uma disrupção tecnológica que as empresas adoptem".

Por outro lado, o responsável da Nos criticou uma prática de muitas empresas e instituições: "Todos nós conhecemos pequenos pilotos, há quem chame a isso 'pilotite', que é uma doença de quem alivia a sua consciência fazendo um pequeno piloto, mas que na verdade não aposta na tecnologia como poderia".

## Investimento de milhões

Saber "como monetizar o 5G" é um desafio que se coloca aos operadores, que canalizaram muitos milhões de euros para a compra das licenças (num leilão que se arrastou por 200 dias). A Nos investiu 165 milhões de euros no leilão de frequências de 2021, seguindo-se a Vodafone, com 133 milhões, e a Meo, com 125,2 milhões.

Desde então, a Nos investiu 255 milhões na quinta geração móvel, segundo respondeu a empresa ao PÚBLICO. No caso da Meo, o investimento foi de mais de 100 milhões de euros em 2022 e 2023, esclareceu a empresa. "A Vodafone investe anualmente, no total, mais de 250 milhões de euros em Portugal. Nos últimos dois anos, a construção da rede 5G tem sido o principal investimento realizado", disse fonte oficial da empresa.

O presidente executivo da Digi, empresa romena que investiu 70 milhões de euros na licença móvel 5G e que deverá iniciar operações comerciais até final de Novembro, considerou que é a altura certa para "desenvolver a rede" em Portugal. O clima concorrencial será benéfico para os consumidores, mas também para os operadores, que se irão tornar "mais inovadores e encontrar novas aplicações e usos para o 5G", defendeu Valentim Popoviciu.

Como rentabilizar o 5G é a pergunta de um milhão de euros e há uma espécie de pescadinha de rabo na boca que torna o processo mais lento e menos previsível. A analogia gastronómica serve para explicar que o nível de sofisticação de serviços que pode ser alcançado com o 5G – seja na área dos serviços na nuvem, da realidade virtual ou inteligência artificial, por exemplo – só é atingido quando as empresas têm elas próprias um grau de sofisticação digital que resulta nos

**Carlos Bouça (Meo), Valentim Popoviciu (Digi), João Ricardo Moreira (Nos) e Pedro Santos (Vodafone) na conferência da Anacom sobre 5G**



**Hoje a tecnologia de 5G está a ser usada, exclusivamente, em ambiente mais empresarial**

**Pedro Santos**
Vodafone

**[É uma] ideia simplista a de que havendo cobertura tudo o resto nasce, como as plantas**

**João Ricardo Moreira**
Nos

CATARINA PÓVOA



chamados "casos de uso". Ou seja, quando, por necessidade de tornar mais eficientes os seus processos de funcionamento ou por terem concebido serviços inovadores para os seus clientes, as empresas querem investir em soluções em cima do 5G.

### Custos elevados

Como refere Pedro Santos, da Vodafone, "hoje a tecnologia de 5G está a ser usada, exclusivamente, em ambiente mais empresarial, se calhar num contexto mais das redes privadas, dedicadas". É nestes contextos que "há requisitos muito específicos, ou de segurança, de privacidade, ou de ter a capacidade de comunicação rápida entre um conjunto de pessoas ou de veículos numa determinada zona".

Mas enquanto não houver, por exemplo, standardização de equipamentos, estes "custos elevados" vão continuar restritos a um pequeno grupo de empresas, aponta o gestor da Vodafone. Se há grandes instituições e grupos económicos "interessados em resolver os seus próprios problemas pela tecnologia 5G", é preciso "transportar essa motivação e essa convicção de que aquela tecnologia, de facto, endereça um problema para o tecido empresarial restante".

Mas o tecido empresarial português é maioritariamente composto por médias, pequenas e micro e nano empresas, que "ainda não fizeram aquele caminho da transformação digital antes do 5G", lembra Carlos Bouça, da Meo. Para o responsável, "o apoio estatal à transformação digital, ao tecido empresarial, seria fundamental". Mas não chega. A forma como o Estado se comporta é também decisiva. Referindo-se a outro dos painéis da conferência da Anacom, em que participaram representantes das Forças Armadas, Bouça destacou o facto de as forças militares terem "uma visão" para o uso do 5G, mas frisou esperar que, por exemplo, no caso do novo aeroporto de Lisboa, "o caderno de encargos tenha um aeroporto totalmente pensado numa lógica 5G, com automação e sensores", e que o mesmo aconteça em "qualquer nova linha de metro" ou "qualquer obra pública".

Se não houver um empurrão do "lado da procura", então os operadores também não terão incentivo para investir mais na densificação da rede: "Obrigações [de cobertura associadas às licenças] são obrigações, temos que as fazer, mas desenvolvimento comercial é desenvolvimento comercial", e só avança se houver procura, referiu.

# Bancos com limite no crédito à habitação que podem conceder com garantia pública

**Garantia é válida para contratos assinados até 31 de Dezembro de 2026 e terá o prazo de dez anos, segundo a última versão da portaria**

Os bancos que aderirem à garantia pública no crédito à habitação a jovens terão um limite ao montante garantido que poderão emprestar, podendo posteriormente pedir um reforço, segundo a última versão da portaria, a que a Lusa teve acesso.

De acordo com esta última versão da portaria, caberá ao ministro das Finanças definir o montante máximo da garantia pública ao crédito à habitação que será repartido entre os bancos que assinarem o protocolo com o Estado (só os bancos aderentes poderão conceder empréstimos com garantia pública).

Contudo, caso os bancos prevejam "a possibilidade do esgotamento do montante inicialmente concedido", poderão pedir ao Estado "um reforço do montante da garantia de carteira que lhes foi concedido", desde que seja devidamente justificado. A garantia pública para crédito à habitação ainda não está em prática pois falta a regulamentação, o que deverá tardar mais algumas semanas.

Segundo fontes do sector bancário, são cada vez mais os clientes que ao balcão perguntam pela garantia pública, e como podem beneficiar da mesma, quando fazem simulações para crédito à habitação.

Em Julho, quando foi publicado o decreto-lei da garantia pública para viabilizar o financiamento bancário na aquisição da primeira habitação por jovens, era referido que o Governo tinha até ao início de Setembro para aprovar a regulamentação necessária.

Contudo, os prazos estão a derrapar, encontrando-se agora o Ministério das Finanças na fase de adaptar a legislação ao parecer que lhe foi enviado pelo Banco de Portugal com vários alertas.

### Estado garante até 15%

Quando apresentou a medida da garantia pública, o Governo (PSD/CDS-PP) disse que a intenção é o Estado garantir até 15% do valor de aquisição do imóvel (funcionando nesta proporção como fiador), criando condições para que os jovens consigam aceder a um empréstimo até 100% do valor da casa.

Segundo o decreto-lei, a garantia destina-se a pessoas entre os 18 e os 35 anos de idade (inclusive), residentes em Portugal, com situação regularizada nas Finanças e na Segurança Social, com rendimentos até ao 8.º escalão (81.199 euros de rendimento colectável anual), e que estejam a comprar a primeira casa de habitação própria permanente – cujo valor não exceda os 450 mil euros.

Desde que esta medida foi apresentada pelo Governo, o Banco de Portugal alertou publicamente, várias vezes, que os bancos não podem aliviar o cumprimento das regras de concessão deste crédito, mesmo com a garantia pública.

O governador, Mário Centeno (ex-ministro das Finanças do PS), explicou que o Banco de Portugal é sempre favorável a medidas que ajudem a população mais jovem a aceder a habitação, mas é preciso "cautela".

Por um lado, disse, é preciso garantir a estabilidade do sector financeiro. Por outro, afirmou, também há que garantir que os clientes têm capacidade de pagar a dívida, pois a garantia não diminui o esforço mensal e há ainda o risco de o montante do empréstimo aumentar devido à garantia pública, agravando o esforço do cliente.

**450**

**A intenção é o Estado garantir até 15% do valor de aquisição, para compra da primeira habitação própria permanente e cujo valor não exceda os 450 mil euros**

Em Julho, o ministro das Finanças, Miranda Sarmento, afirmou no Parlamento que não existem diferendos com o Banco de Portugal sobre a garantia pública e que o processo de regulamentação decorre "sempre em auscultação com o regulador".

As regras macroprudenciais actualmente em vigor determinam que o crédito não pode ir além de 90% do valor da casa (sendo, para este efeito, considerado o valor mais baixo entre o valor de aquisição e o da avaliação) de habitação própria permanente.

Indicam ainda que, em regra, um cliente não deve despender mais de 50% do seu rendimento na prestação da casa ao banco (a chamada taxa de esforço).

De acordo com o projecto de portaria, a que a Lusa teve acesso, a garantia é válida para contratos assinados até 31 de Dezembro de 2026 e terá o prazo de dez anos.

Os projectos de regulamentação a que a Lusa teve acesso indicam ainda que a garantia concedida pelo Estado está isenta de comissão de garantia e de imposto de selo. **Lusa**

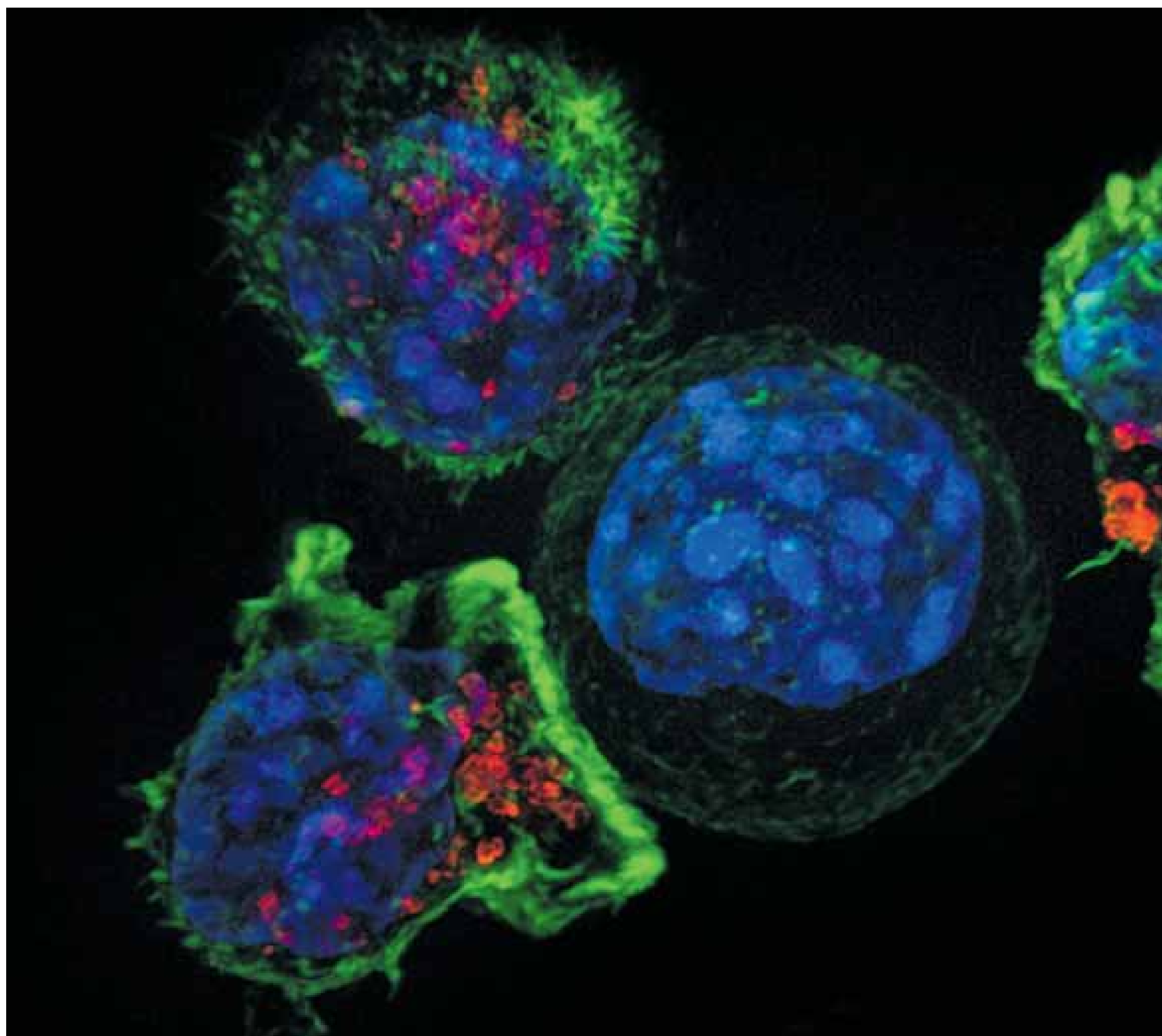
RUI GAUDÊNCIO



**Garantia destina-se a pessoas entre 18 e 35 anos de idade, inclusive**

# "Para mim, era o fim." Células CAR-T já trataram mais de 150 pessoas

Tratamento existe para alguns tipos de linfomas e como opção de último recurso. Desde 2019 que a imunoterapia está disponível em Lisboa e no Porto



NELSON GARRIDO





**Os linfócitos T a atacarem uma célula cancerosa (ao centro); em baixo, Sérgio Chacim, hematologista do IPO do Porto, e Júlio Oliveira, presidente do IPO do Porto (da esquerda para a direita)**

**Tiago Ramalho**

José Miguel tinha 30 anos quando ouviu o diagnóstico: linfoma difuso de grandes células B, um cancro agressivo das células sanguíneas. A quimioterapia trouxe-lhe uma remissão parcial, mas, como era jovem, propuseram-lhe um transplante de medula óssea. "Houve uma remissão completa, mas, ao fim de três anos, a doença voltou", conta ao PÚBLICO, hoje com 38 anos. "Se não fossem as células CAR-T, para mim era o fim da linha."

Cinco anos depois de chegar a Portugal, o tratamento com células CAR-T já foi aplicado em 154 doentes: 24 no Hospital de Santa Maria, 58 no Instituto Português de Oncologia (IPO) de Lisboa, 72 doentes no IPO do Porto. Em Lisboa, cinco destes pacientes eram crianças, cujo primeiro tratamento foi aplicado em Dezembro de 2022.

A primeira infusão destas células em Portugal aconteceu no Porto, em Maio de 2019, onde também José Miguel fez os seus tratamentos. Desde essa data, dois em cada três doentes têm uma resposta positiva aos tratamentos – 48 dos 72 doentes tratados no Porto. E, destes, apenas oito tiveram depois recaídas.

Os números podem parecer baixos, mas esta é uma técnica utilizada apenas como última linha de resposta e para a qual os critérios são ainda apertados, quer nas condições de saúde do paciente, quer nos tipos de cancro em que é viável. Além do linfoma difuso de grandes células B, esta imunoterapia é aplicada em leucemia linfoblástica aguda e linfoma de células do manto. Hoje, assinala-se o Dia Mundial do Linfoma, ou seja, dos cancros das células sanguíneas – os que são abarcados por esta terapia.

Como funciona? Nesta técnica de imunoterapia, utilizam-se as células do doente para criar uma resposta imunitária contra o cancro. Ao próprio doente são retirados linfócitos T (células do sistema imunitário responsáveis pelas nossas defesas contra agentes patogénicos) e são-lhes acrescentados "receptores quiméricos de antigénio" (os tais CAR, na sigla em inglês). São estes receptores que permitem que os linfócitos T modificados consigam depois identificar os antigénios (moléculas estranhas ao nosso organismo) específicos das células cancerosas. Como diferentes cancros têm diferentes antigénios, cada CAR-T é feita para um antigénio específico. Depois de as células serem reforçadas com os receptores, o doente recebe a infusão destas células CAR-T e os linfócitos T modificados vão identificar e atacar as células cancerosas para as eliminar.

O processo não é fácil. Ricardo Ferreira, de 48 anos, recorda que a recolha dos linfócitos T, por exemplo, foi particularmente difícil. O período de espera também é complicado, até porque exige que, numa fase avançada da doença, o paciente se mantenha estável. "Estamos a falar de uma doença altamente proliferativa. Portanto, muitas vezes os doentes não têm oito semanas de estabilidade de doença, que é o tempo da preparação do doente", explica Sérgio Chacim, hematologista no IPO do Porto.

Tanto Ricardo Ferreira como José Miguel tinham tido um diagnóstico de linfoma difuso de células grandes, o mais comum dos cancros tratados com células CAR-T no hospital portuense.

"Felizmente, dois terços destes doentes [com linfoma difuso] ficam curados com o tratamento de quimioterapia convencional. O problema está no terço que não consegue chegar a uma resposta numa primeira linha de tratamento", salienta Sérgio Chacim. "Com o que tínhamos há cinco anos, apenas 7% desses doentes estavam vivos cinco anos depois [do primeiro tratamento]. Era esse o prognóstico de alguém que falhava numa primeira linha de tratamento."

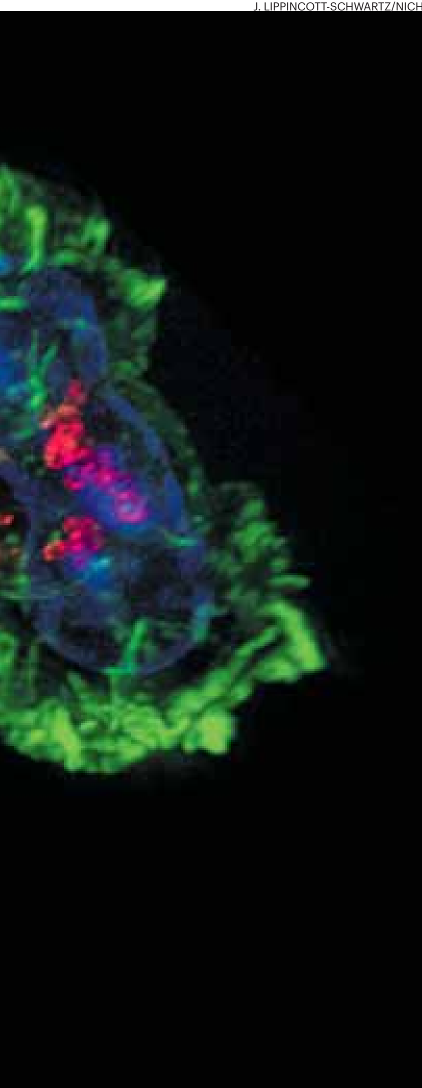
**154**
**Doentes em Portugal já receberam o tratamento com células CAR-T desde a primeira infusão no Porto, Maio de 2019**

## Custos vão aumentar

Ao Porto, tal como a Lisboa, chegam doentes de todo o país. Afinal, só há acesso a esta imunoterapia tão especializada nos IPO do Porto e Lisboa, bem como no Hospital de Santa Maria – o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra também tem acreditação para aplicar esta técnica, mas ainda não tratou o seu primeiro doente. Há ainda vantagens claras na rápida resposta da terapia com células CAR-T. "O doente vai para casa após dez dias [de internamento a seguir à infusão] e a resposta é percebida ao final de um mês. Portanto, um doente que era resistente à terapêutica há seis meses ou dois anos, depois percebe rapidamente que houve resposta completa", diz Sérgio Chacim.

Os testemunhos de Ricardo Ferreira e José Miguel comprovam-no. Ricardo Ferreira voltou a trabalhar depois do tratamento em Março de 2020, mas a maior decisão que tomou foi mesmo mudar-se para a aldeia – onde cuida dos seus gatos, cães e cabras-anãs. Optou por um "estilo de vida mais pacato", resume. "Olho para as coisas com outra perspectiva."

J. LIPPINCOTT-SCHWARTZ/NICH



NELSON GARRIDO



José Miguel voltou ao serviço. Iniciou o tratamento em Maio de 2021, mas no final do ano regressava à farda da Polícia de Segurança Pública, em Aveiro. Sem efeitos adversos ou recaídas. “Aquele era mesmo o meu bote salva-vidas”, remata.

Ao longo destes cinco anos, no IPO do Porto foram investidos “mais de 20 milhões de euros” nestes tratamentos. “Os tratamentos mais caros neste momento, por doente, estão à volta dos 300 mil a 330 mil euros por doente”, cifra Júlio Oliveira, presidente da entidade portuense. O acesso à tecnologia preocupa, dado o preço destes tratamentos, mas também a produção descentralizada para a Ásia e para a América do Norte. O presidente do IPO do Porto considera que “falta visão estratégica e política” para contrariar um certo apagão europeu neste campo.

Porém, com o aumento da oferta de tratamentos, os preços deverão cair (continuando a ser caros). Mas isso não impedirá o aumento de custos com estes tratamentos. “Para já, estamos ainda a falar de um número relativamente pequeno de doentes que, neste momento, tem indicação para o tratamento. Este número vai explodir”, avisa Júlio Oliveira. “Os resultados dos ensaios clínicos que estão a ocorrer já levantaram o véu, claramente, daquilo que vai ser um futuro próximo, com um alargamento de indicações [de aplicação] das CAR-T a mais tumores do sangue e, num futuro não muito longínquo, também a tumores sólidos.”

O aviso não concerne ao alargamento da terapia a mais pessoas, mas sim à necessidade de precaver as despesas do Serviço Nacional de Saúde, sobretudo com a atracção de ensaios clínicos (que trazem tratamentos a custos reduzidos) e com a criação de infra-estruturas para o desenvolvimento destas imunoterapias.

### Próximo: mieloma múltiplo?

Como Júlio Oliveira referiu, os resultados de alguns ensaios clínicos permitem deslindar parte do futuro. Os que mantêm perspectivas mais animadoras quanto a uma aprovação futura são as terapias para mieloma múltiplo e do linfoma folicular. “Isto vai aumentar bastante o número de indicações para as quais esta tecnologia estará disponível”, diz Sérgio Chacim. No caso do mieloma múltiplo já existe até um ensaio clínico em curso no IPO do Porto.

Onde ficam os tumores sólidos, como os cancros do pulmão ou da mama? Aí, há outras complicações relacionadas com o mecanismo das células cancerosas e do próprio tratamento. As células CAR-T têm os tais receptores que permitem identificar antigénios específicos nas células cancerosas. No entanto, os cancros sólidos são mais heterogéneos – há vários antigénios.

“A terapia precisa de uma chave e de uma fechadura”, exemplifica Sérgio Chacim. “Nas doenças hematológicas [como os linfomas], habitualmente, existe esta fechadura que é um estímulo para continuar a proliferar a doença. Como os tumores malignos sólidos são mais heterogéneos, não existe só uma fechadura – existem várias fechaduras que são redundantes.”

“Ou seja, mesmo que feche uma fechadura, a outra continua activa”, diz o hematologista. Daí que o processo no caso dos tumores sólidos seja mais demorado. Afinal, esta é uma tecnologia ainda nova: a primeira aprovação de uma terapia com células CAR-T data apenas de 2017, depois de mais de 30 anos de investigação científica.

## Investimento de 2,5 a 3 milhões de euros

# IPO vai construir “fábrica” de células CAR-T no Porto

**Tiago Ramalho**

O Instituto de Oncologia Português (IPO) do Porto quer criar em Portugal uma “fábrica” de células CAR-T, uma imunoterapia para o cancro. Júlio Oliveira, presidente da instituição, afirma que o processo já está em andamento e que poderá ser uma realidade em 2025 ou 2026. “Já estamos a avançar, também junto do próprio Infarmed, no sentido de num horizonte temporal previsível – que agora é um ano a um ano e meio – podermos vir a produzir células CAR-T no IPO”, afirmou o presidente da instituição ao PÚBLICO.

Em Portugal, não existe produção de células CAR-T. Embora esta imunoterapia esteja disponível desde 2019 no IPO do Porto e de Lisboa, os linfócitos T dos pacientes são modificados em centros europeus na Alemanha ou nos Países Baixos – consoante o fabricante.

O tratamento com células CAR-T é uma técnica de imunoterapia em que as células do doente são “fortificadas” para criar uma resposta imunitária contra o cancro. Assim, depois de recolher os linfócitos T de um paciente, os mesmos são enviados para a Alemanha ou os Países Baixos, onde lhes são acrescentados receptores que identificam os antigénios (moléculas estranhas ao nosso organismo) específicos do cancro. Depois, estes linfócitos T modificados (já com os receptores) são infundidos nos pacientes para atacarem e eliminarem as células cancerosas.

Além de ser uma técnica recente, esta é uma resposta a quem já não tem as linhas de tratamento habituais para alguns tipos de cancro de células do sangue – linfoma difuso de células grandes, linfoma do manto e leucemia linfoblástica aguda. Mas, além disso, também é cara e uma produção “caseira” poderia permitir reduzir custos, numa altura em que se prevê um alargamento dos cancros que poderão ser abrangidos por esta imunoterapia (por exemplo, o mieloma múltiplo).

Sérgio Chacim, hematologista do IPO do Porto, admite que “faz toda a diferença” ter um centro de produção em Portugal. “Por causa dos custos e, sobretudo, para oferecer [o tratamento] a mais doentes”, diz.

“A produção dentro de portas de células CAR-T é a tendência de vários centros académicos, hospitais académicos e institutos de oncologia similares [ao IPO do Porto]. E se não se dá este passo, não vamos conseguir criar um ambiente competitivo e atractivo para que esta tecnologia se desenvolva”, frisa Júlio Oliveira.

O investimento previsto rondará os 2,5 a três milhões de euros, a maioria em infra-estrutura, segundo o presidente do IPO do Porto (1,5 a dois milhões de euros). O restante montante será repartido entre os equipamentos e a formação dos recursos humanos. O IPO do Porto inspira-se no exemplo reconhecido do Hospital Clínic de Barcelona (Espanha) que, desde 2021, tem desenvolvido este tipo de terapias avançadas sem fins comerciais.

O intuito, segundo o IPO do Porto, não será competir com a indústria farmacêutica, mas complementá-la através de investigações em contextos ainda mais raros, por exemplo. Além disso, o desenvolvimento desta infra-estrutura também pode contribuir para a atracção de ensaios clínicos - área em que Portugal ainda tem um baixo desempenho.

“Num país da dimensão de Portugal, é importante que exista pelo menos um centro dedicado à investigação e tratamento da doença oncológica, para que, rapidamente, a inovação possa beneficiar os doentes oncológicos que tenham doenças graves e incuráveis o mais cedo possível, antecipando o acesso a estas tecnologias em vários anos”, sublinha Júlio Oliveira.

### Em Coimbra para breve

Em Janeiro de 2023, como o PÚBLICO noticiou, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC) estava a caminho de ser o quarto centro acreditado para tratar pacientes com células CAR-T. Na altura, a expectativa dos responsáveis do hospital conimbricense era de que o primeiro doente fosse tratado no início desse mesmo ano – o que não aconteceu.

“Uma vez que existe um número crescente de indicações aprovadas para esta forma de tratamento, é previsível que surjam dificuldades nos centros já qualificados em Lisboa e no Porto em dar resposta a doentes de todo o país”, dizia Catarina Geraldes, directora do Serviço de Hematologia Clínica do CHUC em 2023.

Agora, já depois da acreditação, o tratamento do primeiro paciente deverá estar para breve, sendo expectável que tal aconteça entre o final deste ano e o início de 2025.

NELSON GARRIDO




**Instituto de Oncologia Português (IPO) do Porto**

# A Oitava de Mahler aqui tão perto: o mundo dentro de uma sinfonia

A “sinfonia dos mil” enche o palco e esgota a plateia do Centro Cultural de Belém. É a *rentrée* da Orquestra Sinfónica Portuguesa e do Coro do São Carlos, fora de portas

**Ricardo da Rocha**

Há muita coisa a acontecer. Na partitura e no palco. “Não consigo dar conta de tudo”, reconhece candidamente o maestro Antonio Pirolli, admoestando a secção de trombones, depois de estes terem falhado uma entrada que não conseguiu sinalizar. Estamos num ensaio com a Orquestra Sinfónica Portuguesa (OSP) e os oito solistas que este domingo e na próxima terça-feira, juntamente com o Coro do Teatro Nacional de São Carlos, o Coro Sinfónico Lisboa Cantat e o Coro Infanto-Juvenil da Universidade de Lisboa, levarão ao palco do Centro Cultural de Belém, nesta primeira temporada fora de portas devido às obras no teatro de ópera ao Chiado, uma das superlativas obras do cânone sinfónico-coral. Três décadas depois da última interpretação, a OSP regressa à Sinfonia n.º 8 de Mahler, em dois concertos esgotados, naquele que se antevê um dos pontos altos da *rentrée* musical – se não mesmo de toda a temporada (ainda só parcialmente conhecida). Voltaremos ao ensaio, mas, antes disso, recuemos pouco mais de um século.

Houve um tempo em que a estreia de uma sinfonia podia esgotar uma sala com mais de 3200 lugares. Duas noites seguidas. Aconteceu em Munique, a 12 e 13 de Setembro de 1910. Entre os milhares de pessoas que faziam fila para entrar no recém-criado Musik-Festhalle, estavam Camille Saint-Saëns, Richard Strauss, Anton Webern, Max Reinhardt, Hugo von Hofmannsthal, Stefan Zweig, Thomas Mann e muitas outras figuras da elite artística, intelectual e política do jovem século XX. Na capital da Baviera, encontrava-se ainda a carismática Alma Mahler, esposa musa do compositor e dedicatária da obra cuja primeira audição se faria então, dirigida pelo próprio Gustav Mahler. Não voltaria a estrear uma composição sua: faleceu oito meses depois, com apenas 50 anos.

A Sinfonia n.º 8 estava nas bocas do mundo germânico, em grande medida fruto do marketing engenhoso do empresário Emil Gutmann – responsável pelo subtítulo, “a sinfonia dos mil”, colado à obra como *slogan* publicitário –, que Mahler temia pudesse transformar o concerto num evento circense. E havia no gigantismo do palco, de facto, um certo elemento de *freak show*: oito solistas, dois coros mistos alargados (500 coralistas) e um coro de crianças (350 vozes), uma orquestra em hipertrofia com mais cem músicos (e ainda um grupo de metais fora do palco). No total, 1029 pessoas. Música como nunca se tinha visto.

No final, o receio não se consumou. Uma ovação de 20 minutos provava o sucesso do empreendimento. Mas sobretudo a consagração de Mahler enquanto compositor (até então reconhecido, maioritariamente, como maestro). A sua *magnus opus*, como o próprio intuiu numa carta a Willem Mengelberg, depois de terminar a sua composição no Verão de 1906: “A melhor coisa que fiz até agora, e tão estranha na sua forma e conteúdo que é impossível escrever sobre ela.”

A estranheza formal deve-se à divisão em duas partes (ao invés dos tradicionais quatro andamentos) e ao material literário de que o compositor se socorreu. O texto da Parte I é um hino católico (Mahler, nascido judeu, converteu-se ao catolicismo em 1897) da Idade Média – “*Veni, creator spiritus*” (“Vem, Espírito Criador”) –, atribuído ao arcebispo de Mainz, Rabanus Maurus, que viveu no século IX. A Parte II é baseada na cena final do *Fausto* de Goethe, o mítico herói da literatura alemã. Mas o que pretendia Mahler ao juntar dois textos tão diferentes e separados por mais de mil anos numa obra sinfónica?



Ensaio geral, no CCB, com a Orquestra Sinfónica Portuguesa e o Coro do São Carlos

### Uma estética de excesso

“Todas as minhas sinfonias precedentes são meramente um prelúdio para esta”, escreveu Mahler. “Nas outras obras tudo era ainda uma tragédia subjectiva, mas esta é uma fonte de grande alegria” – e, especialmente na primeira parte, o júbilo das linhas vocais ouve-se em grande exuberância. É um Mahler estranhamente luminoso. Abandonando o ensaio autobiográfico (mais ou menos programático) praticado nas sinfonias anteriores, o compositor dedica-se a uma espécie de cosmologia entre o religioso e o humanista. Com a criação artística e a força redentora do amor como linhas mestras da sua metafísica.

Ouve-se, na Sinfonia n.º 8, o século XIX levado às últimas consequências, com o romantismo e a partitura a rebentarem pelas costuras. É o género sinfónico e toda uma forma de entender a composição musical em busca dos seus limites. Uma estética de excesso – no efectivo orquestral e coral, nas referências intertextuais, na tensão harmónica, no desenho de longas linhas melódicas, etc. – que reclama para si um período próprio na história da música.

Uma quase sinfonia-síntese de toda a tradição musical ocidental, como sugere o musicólogo e jornalista Christian Wildhagen. Não se trata de uma megalomania egocêntrica, antes de um “presente à nação”. Da fuga barroca aos *Leitmotive* wagnerianos, da cantata religiosa à ópera profana, todos os recursos expressivos que Mahler usa na sua composição estão ao serviço de uma premissa maior, que os anjos cantam enquanto transportam o corpo de Fausto, na segunda parte: “só àquele que em esforço persevera” a “redenção” é concedida.

> **As minhas sinfonias precedentes são meramente um prelúdio para esta. Nas outras obras tudo era ainda uma tragédia subjectiva, mas esta é uma fonte de grande alegria**
>
> **Gustav Mahler**
> 1860-1911





FOTOS: RUI GAUDÊNCIO



É uma tese questionável, a que a música de Mahler nos faz aderir fácil e acriticamente.

### A força das vozes

Mas para isso é preciso assegurar a unidade de uma obra em que facilmente tudo pode correr mal. Voltamos ao ensaio. Pirolli parou novamente a orquestra, pedindo desta vez atenção às dinâmicas. "Mahler é um compositor que, do ponto de vista da execução, não deixa muita margem de escolha ao intérprete. A indicação minuciosa das dinâmicas, quase a roçar o impossível, obriga-nos a um trabalho meticuloso para que a sua vontade seja respeitada", dirá ao PÚBLICO, no fim do dia. Não só enquanto compositor, mas também na direcção orquestral era conhecido o perfeccionismo de Mahler, como lembra o seu assistente Otto Klemperer: "Ele queria sempre mais clareza, mais timbre, mais contraste dinâmico." Para Mahler a sinfonia deveria ser "um mundo". E "conter tudo".



Também aos solistas a partitura não oferece facilidades. A "sinfonia dos mil" é uma obra de força. "Não é bem força no sentido negativo [de esforço], mas de potência, de abertura", diz a soprano Sílvia Sequeira, no intervalo do ensaio. Será a sua primeira vez no papel de segundo soprano e de *unapoenitentium*, versão espiritual de Gretchen (a Margarida de *Fausto*), "a rapariga mais inocente e a personificação do amor".

Sílvia confessa que "a preparação foi bastante complicada", principalmente "da primeira parte que tem notas sobreagudas durante muito tempo". E explica: "Temos de ter potência e o corpo preparado para a força [sonora] que vem." E ela vem de todos os lados: dos enormes coros e orquestra, mas também da energia que os oito solistas imprimem a essa vibração colectiva.

O tenor finlandês Tuomas Katajala concorda que "um dos maiores desafios é a resistência", e sublinha que a "parte de tenor é notoriamente exigente", requerendo do cantor "um sólido controlo vocal, de potência, projecção e sensibilidade". O personagem que interpreta na segunda parte, Doutor Marianus, "desempenha um papel central no clímax da obra", pois "simboliza o crescimento espiritual e a viagem da alma em direcção a uma maior compreensão e redenção". Para Katajala, a capacidade de Mahler para "misturar o pessoal com o cósmico, o espiritual com o humano torna a execução das suas obras incrivelmente gratificante – a Oitava de Mahler não é apenas desempenho individual; é uma viagem partilhada".

Essa viagem faz-se sobretudo através de uma economia de temas, que Mahler reutiliza de uma parte para a outra, garantindo, na sua relação com o texto, a coerência interna da sinfonia. Numa tão intrincada teia de referências e numa obra que para Pirolli "não tem paralelo na história da música recente", o desafio é essencialmente o de "manter uma tensão emocional forte que conduza à solução final, apesar da heterogeneidade dos textos e dos estilos".

Para o ajudar, nos restantes papéis solistas tem um elenco de vozes consagradas e jovens promessas, nacional e internacionalmente. Se a belga Ann Petersen (soprano I, Magna Peccatrix) é já há muito tempo uma referência no repertório do romantismo alemão, a jovem americana Lauren Decker (contralto II, Maria Aegyptiaca) será uma descoberta para o público português. No plano nacional, ouviremos as já familiares vozes de Maria Luísa de Freitas (contralto I, Mulier Samaritana) e da soprano Rita Marques (Mater gloriosa). O conjunto de vozes masculinas é completado pelo neerlandês Thomas Oliemans (barítono, Pater ecstaticus) e pelo dinamarquês Nicolai Elsberg (baixo, Pater profundus).

# Um manual de boas práticas para a IA não turvar a realidade em documentários

**Daniel Dias**

**Organização composta por centenas de produtores de documentários quer garantir um uso ético de inteligência artificial generativa**

A Archival Producers Alliance (APA), organização composta por mais de 300 produtores de documentários, sediados nos Estados Unidos e não só, apresentou na 20.ª edição do Festival Internacional de Camden, que decorre nessa cidade do estado norte-americano do Maine desde o dia 12 até domingo, um manual de boas práticas no que toca à utilização da inteligência artificial generativa no processo de criação de documentários. Este documento, que pode ser lido *online*, surge depois de o debate sobre a entrada da inteligência artificial (IA) na indústria cinematográfica ter atingido proporções inéditas em Hollywood, onde as greves de vários meses, tanto de actores como de argumentistas, suscitaram reflexões sobre qual o tipo de quadro legal que deve ser implementado para evitar um uso da tecnologia que ultrapasse barreiras éticas ou morais.

A APA já havia, no final do ano passado, publicado na revista *The Hollywood Reporter* uma carta aberta em que elencava sinais perigosos que já começava a ver em documentários recentes – designadamente uma "falta de transparência", observada por exemplo quando "vozes históricas são geradas por IA, levando os espectadores a achar que estão a ouvir algo autêntico quando não estão" – e pedia à indústria regulamentação. "Acreditamos que temos uma responsabilidade de usar a IA generativa em concordância com os valores jornalísticos com os quais há muito estamos alinhados. Acima de tudo o resto está a promessa implícita, feita ao público, de que aquilo que lhe é apresentado como sendo material autêntico é, efectivamente, autêntico. Isso está a ser distorcido pela IA generativa – e acreditamos que está na altura de a indústria estabelecer normas em resposta à nova tecnologia, para que a confiança que os espectadores têm em nós não se quebre", escrevia então a associação, cujos membros incluem vencedores de Emmys e Óscares.

Agora, estes enumeram os quatro princípios que, no seu entender, devem nortear a produção de qualquer documentário. A Archival Producers Alliance começa por sublinhar o "valor insubstituível das fontes primárias" de material de arquivo. "Registos audiovisuais autênticos são criados por humanos, num momento específico, contemporâneo dos eventos retratados. Quando estes registos são usados em documentários, permitem que os espectadores mergulhem num momento no tempo e tenham a oportunidade de experienciar aquilo que alguém daquela era gravou daquele momento, a partir da sua perspectiva e com um propósito particular", pode ler-se no manual de boas práticas.

### Turvar o registo histórico

Material gerado por IA que seja praticamente "indistinguível" das "fontes primárias" corre o risco de se disseminar – seja "na Internet, em materiais educativos ou em outros filmes" – e de "turvar para sempre o registo histórico", acrescenta-se. Os autores do documento lembram ainda que a inteligência artificial pode "reforçar estereótipos", ou então, num esforço para os combater, "corrigir em demasia" uma qualquer assimetria social ou situação de discriminação, representando momentos históricos sem o devido rigor.

No segundo ponto do manual, a APA frisa a importância da transparência, essencial para salvaguardar a "confiança dos espectadores". Já no terceiro, a associação encoraja os criadores de documentários a destinarem quantidades "adequadas" de tempo e orçamento a uma revisão minuciosa, junto de conselheiros legais, de todas as considerações relevantes em matéria de legislação, sob pena de um uso imprudente de IA generativa resultar em riscos para a produção.

Por último, a Archival Producers Alliance reflecte sobre as considerações éticas a ter em conta quando se usa IA para "alterar ou manipular a cara, o corpo ou a voz de uma pessoa real". Uma pesquisa minuciosa para encontrar material original, defendem os membros da associação, deve sempre ser preferida à opção mais barata e rápida que é a criação de uma imagem com recurso a IA generativa. Os autores do manual destacam ainda a necessidade de obter o devido consentimento dos indivíduos cuja imagem ou voz esteja, por algum motivo, a ser simulada – e de assumir "diligências adicionais" quando o sujeito em questão é incapaz de dar esse consentimento.

Várias organizações do sector surgem na última página do documento como entidades apoiantes do mesmo. "Mais de 50" autores de documentários, incluindo Michael Moore, Ken Burns e Rory Kennedy, juntam-se ao coro que defende o valor deste manual, segundo escreve o jornal britânico *The Guardian*.

**300**

**O documento foi apresentado pela Archival Producers Alliance (APA), organização composta por mais de 300 produtores de documentários, dos EUA e não só**

PAULO PIMENTA



**Garantir que o registo documental é efectivamente autêntico**

**Desporto** “Águias” arrancam com um triunfo no regresso de Bruno Lage

RODRIGO ANTUNES/REUTERS



Jogadores do Benfica celebram o terceiro golo, da autoria de António Silva

# Aprovado na matemática, mas (ainda) não na filosofia

Frente ao Santa Clara, o Benfica finalizou muito bem o pouco que criou e deu a volta ao resultado. Foi uma espécie de *remake* da estreia de Bruno Lage na Luz, em 2019

*Crónica de jogo*

**Diogo Cardoso Oliveira**

Quatro golos marcados pelo Benfica, um marcado pelo Santa Clara e uma noite globalmente calma na Luz. Foi assim o Benfica-Santa Clara de ontem, na I Liga, jogo cujo resultado pode ser enganador.

Soa algo bizarro dizer que uma equipa que vence 4-1 não fez um jogo por aí além? Soa. Mas os factos são o que são: o Benfica não criou muitas oportunidades de golo, não foi muito competente a desmontar o Santa Clara, enquanto “houve jogo”, e marcou quatro golos para um valor de golos esperados de 1,75 (até aos 75').

Traduzido por miúdos, isto significa que, em função da probabilidade de sucesso das oportunidades criadas, a equipa “deveria” ter marcado menos de dois. Por outras palavras, finalizou muito bem o pouco que criou. E isso tem valor, porque é de golos e eficácia que se faz o futebol, mas sugere, no mínimo, prudência na análise do resultado volumoso.

Na disciplina de matemática, o Benfica passou. Na de filosofia – a de jogo – ainda tem de ir a exame.

Qual é o pior início possível para um novo treinador? Há vários, mas uma boa aposta é um golo sofrido em casa – e logo no primeiro minuto. O golo foi de Vinícius, que se isolou e fez um chapéu a Trubin, depois de um erro individual de Otamendi.

Para o Benfica, o golo não mudava grande coisa. Tinha de marcar, perdendo por 1-0 ou empatando a zero. Nessa medida, importa entender o que é que a equipa poderia fazer.

Bruno Lage montou um sistema híbrido entre um 4x2x3x1 e um 4x3x3, com Kokçu e Rollheiser como médios interiores, mas com o argentino a ter mais liberdade. Mas há algo que Kokçu dificilmente vai mudar: é que será sempre mais um definidor e finalizador do que um construtor e recuperador. Enquanto esteve a construir junto aos centrais, deu fluidez à posse e verticalizou algumas bolas, mas pouco mais. Quando apareceu perto da área, pôde rematar, fazer passes para finalização e assistir para golo – como fez aos 28', lançando uma bola aérea para Akturkoglu marcar na estreia, com um desvio de classe.

O Benfica não estava propriamente capaz a criar oportunidades – Di María infeliz, Akturkoglu não é um “abre-latas” puro, Pavlidis com pouco engenho nos apoios frontais, Kokçu longe da área e Rollheiser algo perdido como segundo avançado.

O 2-1 surgiu aos 34', num lance algo bizarro. Um canto curto deu bola batida ao segundo poste para o cabeceamento de Otamendi e Adriano decidiu deixar de acompanhar Florentino, permitindo ao médio encostar de cabeça, sem marcação.

O Santa Clara é uma equipa que neste campeonato não baixa muito a defesa e tenta recuperar bastante alto e isso ficou visível em alguns momentos. Notava-se uma atracção evidente pela pressão, mas com ímpeto esfriado neste jogo – os alas ficavam muitas vezes a meio caminho entre irem pressionar ou fecharem o corredor, vacilando entre o hábito da época e o plano específico deste jogo.

Aos 47', um canto de Kokçu deu cabeceamento de sucesso de António Silva. Não se pode dizer que o Benfica não tenha feito por vencer, porque fez – mais do que o Santa Clara –, mas o segundo e terceiro golos surgiram um pouco “do nada”, em bolas paradas que não atestaram capacidade de criar em ataque posicional.

O Benfica “matou” o jogo aos 59', num lance no qual a matriz de jogo dos açorianos deixou a equipa exposta. Di María foi lançado no espaço e, isolado, fez um chapéu tremendo. Estava consumado o *remake*: tal como em 2019, na estreia de Bruno Lage no banco (então diante do Rio Ave), houve reviravolta e quatro golos.

**Benfica** **4**
Akturkoglu 27', Florentino 34', António Silva 47', Di María 59'

**Santa Clara** **1**
Vinícius 1'

Estádio da Luz, em Lisboa
**Espectadores** 60.145

**Benfica** Trubin; Bah, António Silva ●74', Otamendi, Carreras; Florentino, Rollheiser (Amdouni, 67'); Di María (Prestianni, 73'), Kökcü (Leandro Barreiro, 81'), Aktürkoglu (Schjelderup, 73'); Pavlidis (Arthur Cabral, 81'). **Treinador** Bruno Lage

**Santa Clara** Gabriel Batista; Frederico Venâncio, Luís Rocha ●72', Sidney Lima; Lucas Soares, Adriano (Serginho, 84' ●89',), Pedro Ferreira, Mateus Araújo; Vinícius (Ricardinho, 45'), Gabriel Silva, Alisson Safira ●30' (João Costa, 75'). **Treinador** Vasco Matos

**Árbitro** Cláudio Pereira (AF Aveiro)
**VAR** Rui Costa (AF Porto)

**Positivo/Negativo**

+ **Otamendi**
Este jogo define-o. Somou cortes vistosos por tentar sempre o desarme, mas isso fê-lo somar abordagens arriscadas. Ofereceu um golo, mas acabou por fazer um jogo muito competente – e com assistência para golo.

**Kokçu**
Jogo muito completo. Esteve bastante “soltinho”, conseguiu chegar a zonas de finalização e somou duas assistências.

− **Di María**
Tal como Otamendi, este jogo pode defini-lo. Somou más acções técnicas, mas desenhou um golo tremendo. Mas o jogo foi, em geral, muito fraco.

## I Liga

**Jornada 5**

| | |
|---|---|
| Arouca-Sporting | 0-3 |
| Casa Pia-Moreirense | 3-1 |
| AVS-Rio Ave | 1-0 |
| Benfica-Santa Clara | 4-1 |
| Famalicão-Gil Vicente | 1-1 |
| FC Porto-Farense | 15h30, SPTV |
| Estoril-Nacional | 18h, SPTV |
| Sp. Braga-Vitória SC | 20h30, SPTV |
| E. Amadora-Boavista | seg, 20h15, SPTV |

| | J | V | E | D | M-S | P |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 Sporting | 5 | 5 | 0 | 0 | 19-2 | 15 |
| 2 Benfica | 5 | 3 | 1 | 1 | 9-4 | 10 |
| 3 Famalicão | 5 | 3 | 1 | 1 | 8-3 | 10 |
| 4 FC Porto | 4 | 3 | 0 | 1 | 7-2 | 9 |
| 5 Vitória SC | 4 | 3 | 0 | 1 | 4-2 | 9 |
| 6 Santa Clara | 5 | 3 | 0 | 2 | 9-8 | 9 |
| 7 Sp. Braga | 4 | 2 | 2 | 0 | 5-2 | 8 |
| 8 Moreirense | 5 | 2 | 1 | 2 | 8-9 | 7 |
| 9 AVS | 5 | 2 | 1 | 2 | 6-7 | 7 |
| 10 Gil Vicente | 5 | 1 | 3 | 1 | 5-6 | 6 |
| 11 Casa Pia | 5 | 2 | 0 | 3 | 4-7 | 6 |
| 12 Rio Ave | 5 | 2 | 0 | 3 | 3-6 | 6 |
| 13 Boavista | 4 | 1 | 1 | 2 | 1-2 | 4 |
| 14 Nacional | 4 | 1 | 1 | 2 | 4-8 | 4 |
| 15 Arouca | 5 | 1 | 0 | 4 | 2-8 | 3 |
| 16 Estoril | 4 | 0 | 2 | 2 | 1-5 | 2 |
| 17 Estrela Amadora | 4 | 0 | 1 | 3 | 1-6 | 1 |
| 18 Farense | 4 | 0 | 0 | 4 | 1-10 | 0 |

**Próxima jornada** Nacional-Sp. Braga, Santa Clara-E. Amadora, Rio Ave-Estoril, Vitória SC-FC Porto, Moreirense-Famalicão, Gil Vicente-Casa Pia, Farense-Arouca, Sporting-AVS, Boavista-Benfica

## II Liga

**Jornada 5**

| | |
|---|---|
| Torreense-Portimonense | 3-2 |
| Felgueiras-Desp. Chaves | 1-2 |
| Ac. Viseu-União Leiria | 0-1 |
| Mafra-Tondela | 11h, SPTV |
| Marítimo-Alverca | 11h, SPTV |
| Penafiel-FC Porto B | 12h45, SPTV |
| Leixões-Vizela | 15h30, SPTV |
| Benfica B-Oliveirense | 15h30, BTV |
| Feirense-P. Ferreira | seg, 18h, SPTV |

| | J | V | E | D | M-S | P |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 Ac. Viseu | 5 | 3 | 1 | 1 | 10-4 | 10 |
| 2 Penafiel | 4 | 3 | 1 | 0 | 11-7 | 10 |
| 3 Benfica B | 4 | 3 | 0 | 1 | 7-4 | 9 |
| 4 Torreense | 5 | 3 | 0 | 2 | 8-6 | 9 |
| 5 Leixões | 4 | 2 | 2 | 0 | 6-4 | 8 |
| 6 União Leiria | 5 | 2 | 2 | 1 | 6-4 | 8 |
| 7 Mafra | 4 | 1 | 2 | 1 | 5-3 | 5 |
| 8 Portimonense | 5 | 1 | 2 | 2 | 9-9 | 5 |
| 9 Feirense | 4 | 1 | 2 | 1 | 5-5 | 5 |
| 10 Marítimo | 4 | 1 | 2 | 1 | 6-9 | 5 |
| 11 Desp. Chaves | 5 | 1 | 2 | 2 | 4-7 | 5 |
| 12 Tondela | 4 | 0 | 4 | 0 | 7-7 | 4 |
| 13 Felgueiras | 5 | 0 | 4 | 1 | 3-4 | 4 |
| 14 Paços Ferreira | 4 | 1 | 1 | 2 | 6-8 | 4 |
| 15 Vizela | 4 | 1 | 0 | 3 | 4-5 | 3 |
| 16 FC Porto B | 4 | 0 | 3 | 1 | 4-6 | 3 |
| 17 Alverca | 4 | 0 | 3 | 1 | 3-7 | 3 |
| 18 Oliveirense | 4 | 0 | 1 | 3 | 3-8 | 1 |

**Próxima jornada** Desp. Chaves-Torreense, P. Ferreira-Benfica B, Tondela-Ac. Viseu, Portimonense-Penafiel, Alverca-Leixões, Oliveirense-Feirense, U. Leiria-Marítimo, FC Porto B-Felgueiras, Vizela-Mafra

**MELHORES MARCADORES**

**I Liga**
**8 golos** Viktor Gyökeres (Sporting)
**4 golos** Pedro Gonçalves (Sporting)

**II Liga**
**4 golos** Zé Leite (Penafiel)
**3 golos** Yuri Araújo (Ac. Viseu), Roberto (Tondela)...

PAUL CHILDS/ REUTERS



**Mateta fez dois golos ontem, diante do Leicester**

# Se joga o Crystal Palace, não há golos com camisola fora dos calções

**Diogo Cardoso Oliveira**

**Jean-Philippe Mateta tornou-se uma figura de culto no clube inglês. Até já marca golos — e podemos falar de táctica e de estilo**

Quando Jean-Philippe Mateta coloca a camisola por dentro dos calções, o assunto é sério. E no Crystal Palace não gostam de brincar com coisas sérias. Assim sendo, olhemos para este jogador francês como algo mais sério do que alguma vez se pensou que pudesse ser.

Aos 27 anos, a carreira de Mateta não era o que prometeu ser. É certo que nem todos podem ser um Thierry Henry, mas Mateta estava especialmente próximo de falhar esse estatuto. Até que decidiu colocar a camisola por dentro dos calções e tudo mudou.

Os adeptos do Palace têm visto um atacante alto, careca, negro e francês, com camisola por dentro dos calções e com o número 14 nas costas. De repente, sentem que têm mesmo um Thierry Henry. Nas últimas 25 vezes em que entrou num campo de futebol com a camisola por dentro dos calções, algo que antes não fazia, Mateta marcou 24 golos. Ontem, foram mais dois — no empate (2-2) frente ao Leicester, na Liga inglesa, chegando aos quatro golos em cinco partidas na temporada.

O avançado acabou a época passada numa forma tremenda e levou-a até Paris, onde esteve nos Jogos a tratar de oferecer aos franceses a medalha de prata no torneio de futebol. E não parece ter deixado cair os golos no Canal da Mancha. Mas tudo isto é desde Janeiro, mais coisa menos coisa. Antes, chegou a estar oito meses sem marcar na Liga inglesa e na porta de saída no Inverno.

Foi por volta dessa altura que Odsonne Eduard se lesionou e Mateta pôde assumir a titularidade. Foi também pouco depois disso que Oliver Glasner assumiu o comando da equipa, levando um aparente toque de Midas para os golos de Mateta. E, também por esta altura, houve camisola para dentro dos calções.

Os mais cépticos falarão de questões tácticas de Glasner, mas os românticos não deixarão passar o novo estilo. Cedamos, por enquanto, ao romantismo. Ver um jogador com a camisola por dentro dos calções é uma raridade no futebol actual. Ainda há um ou outro jogador com essa escolha — geralmente, médios —, mas ver um ponta-de-lança nesses preparos é coisa incomum. E é um facto que Mateta não mais tirou a camisola dos calções desde que se tornou goleador — algo que nunca tinha sido. Também por isso — mas não apenas por isso — se tornou uma figura de culto no clube inglês. Passou de dispensável a herói do público em poucos meses, algo desencadeado pelos golos, claro, pela camisola, que é sempre um toque divertido na história, mas também pela celebração à Zlatan, na qual salta, pontapeia a bandeirola de canto e marca o compasso para que o estádio grite "Boom!" no momento certo.

### O novo treinador

A chegada de Oliver Glasner deu uma roupagem diferente à equipa — que vai, naturalmente, bem além das camisolas por dentro dos calções. Mateta tornou-se o foco do ataque do Palace, servido por jogadores como Michael Olise (agora Nketiah) e Eberechi Eze.

Com Glasner, o Palace conseguiu incutir um pouco mais de variedade no ataque. O 3x4x3 deu mais largura com os alas/laterais, enquanto Olise/Nketiah e Ebe, alas associativos por dentro e fortes no um contra um, conseguem mobilizar ajudas adversárias que libertam mais o avançado.

Além disso, permitem a Mateta não se preocupar tanto em dar soluções na construção de jogo, mas apenas em trabalhar em zonas de definição e finalização. A equipa começou também a pressionar e a recuperar a bola muito mais alto no campo — só atrás do City nessa métrica. Tudo isto é música para os ouvidos de um jogador como Mateta e leva-nos a pensar que, provavelmente, os golos vêm daqui. Mas fiquemos com a teoria mais divertida: tudo isto é fruto da camisola por dentro dos calções.

# Taça Davis: Ruud confirma favoritismo da Noruega

**Pedro Keul**

Foi um Casper Ruud a jogar de acordo com a sua fama que reapareceu na Arena de Bekkestua, perto da capital, Oslo, para azar dos tenistas portugueses. O actual número nove do ranking mundial ganhou os dois encontros em que se viu ontem envolvido e conduziu a Noruega à vitória na eliminatória do Grupo Mundial I da Taça Davis, por 3-1.

Com Nuno Borges impedido de competir devido a uma lesão num pulso, o capitão português Rui Machado apostou para os pares numa dupla inédita, formada por Francisco Cabral e Jaime Faria. Só que Ruud e Viktor Durasovic, um par mais experiente na Taça Davis, acabaram por superar os tenistas lusos, por 7-5, 6-3. E dar o segundo ponto à Noruega.

Coube então a Jaime Faria (157.º no ranking) a missão de tentar imitar Henrique Rocha — que na véspera tinha sido autor de um triunfo épico sobre Ruud e pusera o resultado da eliminatória em 1-1. Colocado na posição de número um português logo na eliminatória de estreia na Taça Davis, Faria não desiludiu e, ao longo do *set* inicial, colocou em causa a superioridade do melhor tenista norueguês de sempre. Mas, no momento mais importante, um par de erros ajudou Ruud a ganhar o *tie-break* e a obter a tranquilidade de que precisava. No *set* seguinte, o top 10 norueguês soltou-se, dominou até concluir com os parciais de 7-6 (7/3), 6-2, e deu a vitória à Noruega, por 3-1.



Casper Ruud derrotou Jaime Faria no quarto embate e decidiu a eliminatória com Portugal a favor da Noruega

"Faltou-nos um bocadinho de experiência. Também não pudemos contar com o Nuno, que, apesar de não ser o jogador mais experiente, é o elemento que está mais em forma e a um nível mais alto", resumiu Rui Machado ao *site* Raquetc.

Em Fevereiro do próximo ano, Portugal vai tentar manter-se no Grupo Mundial I e, em caso de vitória, repetirá em Setembro a tentativa de avançar para o *qualifying* da fase final da Taça Davis.

Os quatro grupos da Davis Cup Finals 2024 estão a competir esta semana, em Bolonha, Valência, Zhuhai e Manchester.

Hóquei em patins

## Portugal perde final do Mundial sub19 diante da Espanha

A selecção portuguesa de hóquei em patins de sub19 perdeu ontem a possibilidade de se sagrar campeã do mundo, ao ser derrotada na final, pela Espanha, por 1-3. Em Novara, Itália, assistiu-se a um jogo muito equilibrado, em que a diferença foi marcada pelas bolas paradas. Carlos Casas (5') e Jacobo Copa (44') marcaram para os espanhóis, de livre directo, e Viti Oliveira empatou, da mesma forma, aos 29'. O 3-1 surgiu no último lance do jogo.



Voleibol

## Portugal com Cuba, Estados Unidos e Colômbia no Mundial

A selecção portuguesa de voleibol vai jogar com Estados Unidos, Cuba e Colômbia no Grupo D do Mundial masculino que vai decorrer em 2025 nas Filipinas. Se os EUA somam um título mundial e Cuba duas finais perdidas, a Colômbia vai estrear-se em campeonatos do mundo neste torneio, que decorrerá entre 12 e 28 de Setembro de 2025. Já a selecção portuguesa vai estar num Mundial pela terceira vez, depois de 1956 e 2002.

## Fórmula 1 Leclerc conquista quarta "*pole*" consecutiva em Baku



ALI HAIDER/EPA

O piloto monegasco Charles Leclerc (Ferrari) conquistou ontem a quarta *pole position* consecutiva no Grande Prémio do Azerbaijão, 17.ª prova do Mundial de Fórmula 1.

Leclerc, terceiro classificado do Mundial de pilotos, fez a sua melhor volta em 1m41,365s, deixando na segunda posição o australiano Oscar Piastri (McLaren), a 0,321 segundos, com o espanhol Carlos Sainz (Ferrari) em terceiro, a 0,440s.

"O carro estava muito bem, tudo correu de forma impecável. É bom estar na *pole*", disse o piloto da Ferrari, que já conquistara a *pole position* no Azerbaijão em 2021, 2022 e 2023.

O monegasco explicou que a segunda posição da grelha tem "menos tracção". "Aqui, queres sair do primeiro ou do terceiro lugares. Este ano, temos um carro mais forte. Esperamos conseguir vencer amanhã [domingo]", sublinhou.

A grande surpresa da sessão foi a eliminação precoce do britânico Lando Norris (McLaren), logo na primeira das três fases da qualificação. O piloto britânico, segundo classificado do Mundial de pilotos, vai partir para a corrida de hoje (12h) na 17.ª posição.

Já o tricampeão e líder do Mundial, o neerlandês Max Verstappen (Red Bull), não foi além do sexto posto, batido pelo companheiro de equipa, o mexicano Sergio Pérez, em quarto. O britânico George Russell (Mercedes) foi o quinto, Lewis Hamilton (Mercedes) foi sétimo e o espanhol Fernando Alonso (Aston Martin) oitavo.

Andebol

## Sporting e FC Porto lado a lado na liderança da Liga

Terminada a 3.ª jornada da Liga portuguesa de andebol, Sporting e FC Porto lideram a classificação, com nove pontos cada. Os "leões" venceram ontem em casa do Avanca, por 21-39, enquanto os "dragões" receberam e bateram o Sp. Horta, por 35-26. Já o Benfica impôs-se em casa do Vitória SC, por 27-41, e soma sete pontos, os mesmos que o Águas Santas, que foi ganhar ao pavilhão do Belenenses (24-25). Hoje há Marítimo-Póvoa AC, às 17h.

Golfe

## Quatro portugueses dentro do *cut* no Open de Portugal

Os golfistas portugueses Tomás Melo Gouveia, Hugo Camelo Ferreira, Ricardo Santos e Pedro Figueiredo qualificaram-se para as últimas duas voltas do Open de Portugal, que hoje termina no Royal Óbidos Spa & Golf Resort. No final da segunda volta, Melo Gouveia integra o lote dos 12.ºs, Camelo Ferreira está no "top 25" e Santos ocupa a 45.ª posição, 10 lugares à frente de Figueiredo. O francês Benjamin Hebert lidera com 132 pancadas (67+65), duas a menos do que Ryan Lumsden.

Futsal

## Benfica conquista Supertaça feminina pela oitava vez seguida

O Benfica conquistou ontem a Supertaça feminina de futsal pela oitava vez consecutiva e reforçou o estatuto de recordista de troféus, com nove em dez possíveis. A equipa "encarnada" venceu o Torreense (4-0), no Palácio dos Desportos, em Torres Novas, numa partida em que as heptacampeãs nacionais marcaram aos 12', por Fifó, aos 14', por Sara Ferreira (gp), aos 16', por Inês Matos (gp), e aos 37', novamente através de Sara Ferreira.



Futsal

## Brasil entra a golear no arranque do Campeonato do Mundo

Um dos candidatos ao título entrou ontem a toda a força no Campeonato do Mundo de futsal, que arrancou no Uzbequistão. No Grupo B, o Brasil goleou Cuba, por 10-0, e está já no comando, com os mesmos três pontos da Tailândia, que bateu a Croácia (2-1). No Grupo A, a selecção da casa empatou com os Países Baixos (3-3), permitindo que o Paraguai se isolasse na liderança, depois de ter vencido a Costa Rica, por 5-2.

**BARTOON** LUÍS AFONSO




# Um tango de equívocos

***Não é o fim do mundo***



**Pedro Adão e Silva**

Estamos sempre a ser recordados de que também na política é necessário um par para dançar o tango. A negociação orçamental em curso traz de volta esse aforismo. Mas, para além de ser preciso que dois dançarinos se coloquem de acordo no momento da dança, convém que alguém se encarregue de pôr a música a tocar. Seis meses após as eleições, nem os partidos estão convictos de que querem dançar em conjunto, nem o Presidente – a quem compete garantir as condições de governabilidade – ajudou a dar o tom certo na altura da formação do Governo. Em lugar de uma dança mais ou menos harmoniosa, tem-nos sido oferecida uma sucessão de equívocos.

Desculpem regressar ao início, mas há uma questão básica: temos hoje, com a ascensão do Chega, três polos políticos no Parlamento, o que obriga a uma transformação dos comportamentos dos partidos tradicionais e a uma nova cultura de compromisso. Das duas uma, ou se coloca o Chega na equação e, então, é possível formar uma maioria de direita ou, alternativamente, retira-se esta formação das negociações e só restam dois cenários: um Governo PSD viabilizado pelo PS ou um Governo PS com os partidos à sua esquerda (que, convém recordar, em conjunto têm mais deputados do que a AD com a IL) viabilizado pelo PSD.

Na campanha eleitoral, numa entrevista à CNN à qual não se deu a devida importância, Montenegro declarou que não viabilizaria um governo minoritário do PS, e Pedro Nuno Santos, perante os resultados eleitorais, foi lesto em colocar o PS de fora, entregando os critérios de governação a Montenegro. Quer PSD, quer PS apostaram nos ganhos de curtíssimo prazo e empurraram-nos para o atual bloqueio estratégico: um governo ultraminoritário sem um parceiro preferencial para a negociação parlamentar. Já o Presidente, em lugar de cuidar das efetivas condições para a governação, deu apressadamente posse a um executivo sem apoios no Parlamento.

DANIEL ROCHA



> **Com a AD como coligação mais votada e com mais deputados à direita do que à esquerda, cabe ao PS garantir governabilidade, libertando o PSD do Chega**

Há muito que penso que, se consideramos a ascensão do Chega um risco para o regime, há que ser consequente: com a AD como coligação mais votada e com mais deputados à direita do que à esquerda (incluindo o Chega), cabe ao PS garantir condições de governabilidade, libertando o PSD do Chega. Com a ofensiva da internacional populista, não podemos continuar a encarar as realidades parlamentares europeias com base na clivagem tradicional direita/esquerda. Por isso, numa democracia madura, PSD e PS negociariam os termos desse entendimento, que até podiam ser bastante recuados e circunscritos a acordos parlamentares limitados no tempo. Mas, com a proverbial propensão para a húbris que caracteriza o exercício do poder entre nós, talvez seja excessivo esperar genuína abertura negocial de quem governa. Basta pensar que o Governo ultraminoritário da AD se comporta como se gozasse de uma sólida maioria absoluta, que não tem, nem nenhuma sondagem sugere que possa vir a ter.

Por isso, há um mês, defendi no Público que, perante o atual cenário, era vantajoso que o PS, em lugar de avanços e recuos, viabilizasse o Orçamento do Estado sem se envolver numa negociação na qual não só não se vislumbram ganhos de causa, como até poderá amarrar o PS à irresponsabilidade orçamental (um executivo que está diariamente a gerir um calendário eleitoral é um executivo condenado a aumentar a despesa pública). Tal como o Eduardo Marçal Grilo escreveu ontem: se o PS aprovar o orçamento, "nada terá a perder, mas ganha seguramente a credibilidade e o respeito que os portugueses mais moderados e sensatos estão desejosos de ver na política portuguesa". Simples.

**Colunista**